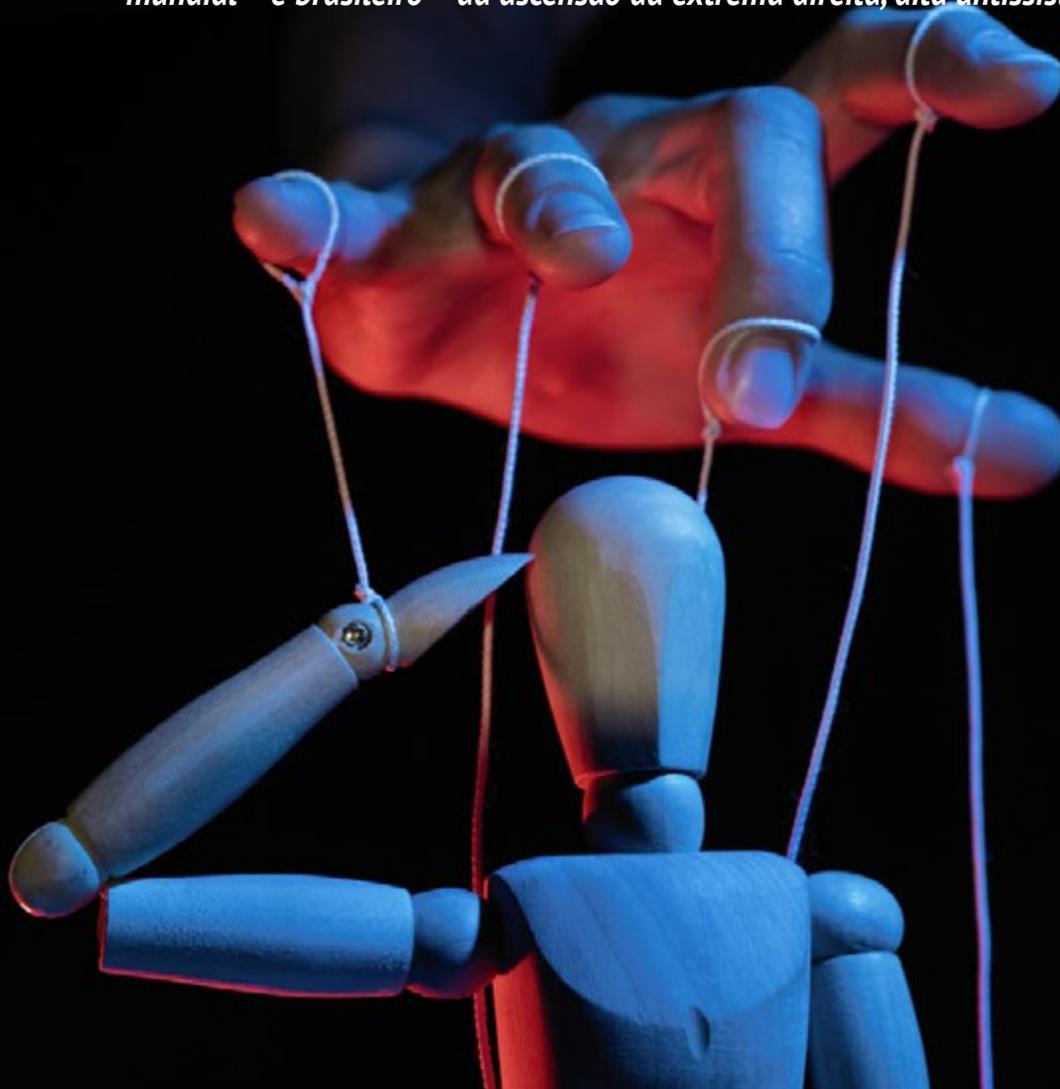


Extrema direita antissistêmica

Andrés Ernesto Ferrari Haines, Alessandro Donadio Miebach, Rubens R. Sawaya, Vanessa Petrelli Corrêa, Niemeyer Almeida Filho, Sávio Cavalcante, Danilo Martuscelli, Ellen Tristão, Carlos Eduardo Martins, Tatiana Vargas-Maia, Fabricio Pontin, Marta Skinner e Carlos Serrano Ferreira aprofundam a discussão sobre as causas e consequências do fenômeno mundial – e brasileiro – da ascensão da extrema direita, dita antissistêmica.



Extrema direita antissistêmica

■ Que fatores econômicos, sociais e políticos explicam o fenômeno do crescimento da extrema direita, revestida de caráter antissistêmico, no Brasil e no mundo? Essa onda voltou a ganhar força?

Alessandro Donadio Miebach e Andrés Ferrari Haines, da FCE/Ufrgs, avalliam que o que emerge é uma “nova extrema direita”, ou “*alt-right*”, que é produto do neoliberalismo, mas foi capaz de articular uma crítica ao neoliberalismo, vinculando os beneficiários das políticas focais como detentores de privilégios.

Rubens Sawaya, da PUC-SP, defende que a ascensão da extrema direita e ideologia antissistema é resultado da crise causada pelo neoliberalismo, que levou ao abandono da política e deixou os indivíduos sem emprego e direitos sociais e frustrados.

Vanessa Petrelli e Niemeyer Almeida, do Ieri/UFU, acreditam que a ascensão da extrema direita no Brasil e América Latina expressa a incapacidade dos governos progressistas em oferecer saídas duradouras, rompendo com o neoliberalismo.

Sávio Cavalcante, da Unicamp, e Danilo Martuscelli, da UFU, ressaltam que a extrema direita contemporânea é um subproduto do Estado neoliberal, apresenta articulações com forças e ideologias neoliberais, mas não se reduz a elas. Os autores analisam os casos de Bolsonaro, Trump e Milei.

Ellen Tristão, da UFVJM, aponta a sinergia destruidora entre neofascismo e capitalismo e prevê que os tempos vindouros não serão prósperos ou tranquilos.

Carlos Eduardo Martins, da UFRJ, destaca que Bolsonaro, Milei e Kast representam forças vassalas do imperialismo estadunidense, cujos interesses pretendem beneficiar com uma política ultraneoliberal de desnacionalização financeira, produtiva e dos recursos estratégicos.

Tatiana Vargas-Maia, da Ufrgs, e Fabricio Pontin, da Unilasalle, julgam que o bolsonarismo tem alto poder de permanência e deve continuar a eleger parlamentares, governadores e prefeitos e a ser uma força hegemônica nas disputas pelo Executivo federal.

Marta Skinner, da UFRJ, afirma que o Brasil conseguiu barrar a ascensão da extrema direita pelo voto, mas temos o desafio de remontar um país destruído, num momento em que o pêndulo político pende para ultradireita.

Carlos Serrano, do LEHC-UFRJ, alerta que, tendo em vista a hegemonia neoliberal e a desorganização dos setores populares, o fenômeno fascista não tende a retroceder, a não ser que um processo de resistência se inicie logo.

Sumário

A nova extrema direita e o neoliberalismo	3
<i>Alessandro Donadio Miebach e Andrés Ernesto Ferrari Haines</i>	
Crise do Neoliberalismo e a ascensão da extrema direita.....	5
<i>Rubens R. Sawaya</i>	
Ascensão da extrema direita como fenômeno histórico da incapacidade de transformação estrutural	7
<i>Vanessa Petrelli Corrêa e Niemeyer Almeida Filho</i>	
A força da extrema direita: Trump, Bolsonaro e o fenômeno Milei.....	9
<i>Sávio Cavalcante e Danilo Martuscelli</i>	
A sinergia destruidora entre neofascismo e capitalismo.....	12
<i>Ellen Tristão</i>	
A ameaça fascista na América Latina e o declínio do neoliberalismo ..	14
<i>Carlos Eduardo Martins</i>	
A extrema direita no século XXI em perspectiva global.....	16
<i>Tatiana Vargas-Maia e Fabricio Pontin</i>	
O fascismo à espreita.....	19
<i>Marta Skinner</i>	
50 anos do golpe no Chile ensinam: o fascismo veio para ficar.....	21
<i>Carlos Serrano Ferreira</i>	
Duplas da UFRJ vencem Gincana de Economia.....	22

O Corecon-RJ apoia e divulga o programa Faixa Livre, veiculado de segunda a sexta de 8h às 10h. Você também pode ouvir os programas pelos sites www.aepet.org.br/radioaovivo.html e www.programafaixalivre.com.br, canal no Youtube, Facebook, Instagram, podcast no Spotify, Deezer, Castbox e SoundCloud e aplicativo gratuito.

Jornal dos ECONOMISTAS

Órgão Oficial do CORECON - RJ
E SINDECON - RJ
Issn 1519-7387

Conselho Editorial: Sidney Pascoutto da Rocha, Carlos Henrique Tibiriçá Miranda, Gustavo Souto de Noronha, João Hallak Neto, Marcelo Pereira Fernandes, José Antonio Lutterbach Soares, Wellington Leonardo da Silva, Paulo Sergio Souto, João Manoel Gonçalves Barbosa, José Ricardo de Moraes Lopes e Fernando D'Angelo Machado. **Jornalista Responsável:** Marcelo Cajueiro. **Edição:** Diagrama Comunicações Ltda-ME (CNPJ: 74.155.763/0001-48; tel.: 21 2232-3866). **Projeto Gráfico, diagramação e ilustração:** Rossana Henriques (rossana.henriques@gmail.com). **Revisão:** Bruna Gama. **Periodicidade:** Mensal. **Correio eletrônico:** imprensa@corecon-rj.org.br

As matérias assinadas por colaboradores não refletem, necessariamente, a posição das entidades. É permitida a reprodução total ou parcial dos artigos desta edição, desde que citada a fonte.

CORECON - CONSELHO REGIONAL DE ECONOMIA/RJ

Av. Rio Branco, 109 – 19º andar – Rio de Janeiro – RJ – Centro – Cep 20040-906
Telefax: (21) 2103-0178 – Fax: (21) 2103-0106
Correio eletrônico: corecon-rj@corecon-rj.org.br
Internet: <http://www.corecon-rj.org.br>

Presidente: Marcelo Pereira Fernandes. **Vice-presidente:** José Antonio Lutterbach Soares. **Conselheiros Efetivos:** 1º TERÇO: (2023-2025): Arthur Camara Cardozo, Marcelo Pereira Fernandes, Sidney Pascoutto da Rocha - 2º TERÇO: (2021-2023): Antônio dos Santos Magalhães, Fernando D'Angelo Machado - 3º TERÇO: (2022-2024): Carlos Henrique Tibiriçá Miranda, José Antonio Lutterbach Soares. **Conselheiros Suplentes:** 1º TERÇO: (2023/2025): Gustavo Souto de Noronha, João Hallak Neto, Regina Lúcia Gadioli dos Santos - 2º TERÇO: (2021-2023): Cesar Homero Fernandes Lopes, Gilberto Caputo Santos, Miguel Antônio Pinho Bruno - 3º TERÇO: (2022-2024): José Ricardo de Moraes Lopes, Clicerio do Couto Oliveira, Antonio José Alves Junior.

SINDECON - SINDICATO DOS ECONOMISTAS DO ESTADO DO RJ

Av. Treze de Maio, 23 – salas 1607 a 1609 – Rio de Janeiro – RJ – Cep 20031-000. Tel.: (21) 2262-2535 Telefax: (21)2533-7891 e 2533-2192. Correio eletrônico: sindecon@sindecon.org.br

Mandato – 2017/2020

Coordenação de Assuntos Institucionais: Cesar Homero Fernandes Lopes, Sidney Pascoutto da Rocha (Coordenador Geral) e Wellington Leonardo da Silva.

Coordenação de Relações Sindicais: Carlos Henrique Tibiriçá Miranda, Gilberto Caputo Santos, João Manoel Gonçalves Barbosa, José Ricardo de Moraes Lopes.

Coordenação de Divulgação Administração e Finanças: André Luiz Silva de Souza, Gilberto Alcântara da Cruz, José Antonio Lutterbach Soares e Guilherme Tinoco Oliveira dos Anjos.

Conselho Fiscal: Jorge de Oliveira Camargo, Luciano Amaral Pereira e Regina Lúcia Gadioli dos Santos.

A nova extrema direita e o neoliberalismo

Alessandro Donadio Miebach*
Andrés Ernesto Ferrari Haines**

■ O avanço da extrema direita tem sido percebido por segmentos do campo progressista como uma anomalia surpreendente e de difícil compreensão. A tendência usual para abordar o avanço de tal fenômeno consiste basicamente na aplicação do conceito fascismo como apto a descrever essa manifestação política, o que, ao nosso ver, não é o mais adequado. O ponto de partida correto para compreender esse fenômeno político das primeiras décadas do século XXI consiste em constatar que se trata de processo eivado de continuidades e descontinuidades. Argumenta-se aqui que o que emerge é uma “nova extrema direita”, ou “*alt-right*”, que é uma das formas de resposta às contradições do neoliberalismo. Assim, o entendimento de sua consolidação transcende a conjuntura imediata e deve ser procurado a partir da emergência e consolidação do neoliberalismo ao longo das décadas de 1980 e 1990.

No Ocidente, tanto nos países centrais como nos periféricos, o neoliberalismo se constituiu em uma ofensiva das classes superiores contra as classes populares. Tal ofensiva se materializou com um combate aos sindicatos e outras formas de organização dos trabalhadores, com a privatização da provisão de bens públicos, no processo de *offshoring* que deslocou empregos industriais para outros países, notadamente para o Leste Asiático, em especial a China, e na mudança nos padrões de intervenção estatal, que encolheu a rede de proteção social aos trabalhadores e pobres enquanto expandia sua atuação com vistas a beneficiar a gestão da riqueza privada por parte das oligarquias financeiras ocidentais. Os resultados foram redução da renda dos trabalhadores, maior insegurança e instabilidade na vida dos mais pobres, piora nos padrões de vida e brutal aumento nas desigualdades sociais.

O neoliberalismo deve ser compreendido como a retomada dos padrões sociais oligár-

quicos das sociedades capitalistas ocidentais, anteriores à chamada “era dourada do capitalismo” (aproximadamente entre 1945 e 1975). O neoliberalismo gerou prosperidade para a oligarquia ocidental. Já para os setores populares, ocorreu o tensionamento de suas condições materiais de forma paulatina, sendo inicialmente contraposto pelo crescimento na economia ocidental ao longo da década de 1990 com o *boom* associado à adoção de novas tecnologias, seguido pela generalização e expansão do endividamento. A crise financeira de 2008, vista por alguns setores progressistas como uma crise do neoliberalismo, representou o fim da etapa na qual os setores populares ainda preservavam suas condições de vida em um contexto de moderado crescimento e acesso a crédito barato. A solução neoliberal a essa crise consistiu no resgate do próprio arranjo neoliberal, salvando aos ricos e as grandes corporações e deixando sem moradia milhões que não podiam pagar suas hipotecas.

Do ponto de vista sociocultural, o neoliberalismo implicou valorizar o individual em detrimento do coletivo, o que também pode ser entendido como a ênfase no particular e o apagamento do geral. Esse individual ou particular somente é reconhecido se merecedor de tal reconhecimento. E assim foi que os princípios neoliberais se articularam contraditoriamente com o legado dos movimentos dos anos 60 e 70. Tais movimentos de contestação originalmente combinavam simultânea crítica aos preconceitos identitários e o combate às desigualdades sociais, sendo uma figura exemplar nesse processo o Reverendo Martin Luther King Jr, assassinado em 1968, cujo ativismo denunciava simultaneamente o racismo e as generalizadas iniquidades sociais nos EUA no período. O neoliberalismo atuou purgando das contestações seu sentido geral e coletivo e priorizando os elementos individuais e particularidades. Um exemplo deste processo foi a adoção do discurso dos direitos humanos sob uma perspectiva individualizada.



Alessandro Donadio Miebach



Andrés Ernesto Ferrari Haines





Emergem assim as políticas focais que visam a atingir grupos historicamente marginalizados por questões raciais, associadas a gênero, orientação sexual, pertencimentos religiosos e outras características. Ou seja, de maneira complexa e contraditória, no neoliberalismo, os preconceitos e as formas de violência correlatas são reconhecidos como problemas, entretanto são tratados como problemas de indivíduos ou de conjuntos de indivíduos, de maneira geral minoritários, senão em termos reais, ao menos em termos discursivos, e não articulados com grandes questões sociais. Isso se dá pois não existe o social como instância de ação, existem apenas indivíduos e suas famílias, como asseverou Margaret Thatcher. Assim, as políticas que o neoliberalismo advoga para o combate a tais formas de violência são aplicáveis pelos governos a partir de critérios que estabelecem grupos elegíveis a tais políticas, e a elegibilidade se dá tanto por critérios de precariedade social como unicamente pelo pertencimento a determinado grupo, independentemente da condição material objetiva do indivíduo.

A generalização das dificuldades materiais após 2008 combinou-se com os questionamentos de alguns valores sociais que se estruturam com o neoliberalismo. Na medida em que as políticas focais eram concebidas para minorias elegíveis, uma regressão generalizada nos padrões de vida, como observada especialmente a partir da crise do neoliberalismo, acabou abrindo espaço para contestações. E neste contexto que a nova extrema direita prosperou.

A nova extrema direita foi capaz de articular uma crítica ao neoliberalismo, vinculando os beneficiários das políticas focais como detentores de privilégios. Ela também construiu uma identidade distorcida entre tais políticas e a governança corporativa das grandes empresas, que buscam mascarar a natureza predatória de sua atividade em relação as condições de vida dos mais pobres através da “responsabilidade social” baseada nas próprias políticas focais. Ainda assim, as corporações continuaram a sustentar sua cada vez maior apropriação da renda e da riqueza. A *alt-right*, ao mesmo tempo que não tem efetivo interesse em contestar a estrutura oligárquica de produção e distribuição de riqueza inerente ao capitalismo, identificou os beneficiários das políticas focais em seus mais diversos matizes como os ganhadores do neoliberalismo. Por mais que sejam direcionadas aos grupos historicamente subalternizados na modernidade, as políticas focais são significadas pela extrema direita como artefatos que beneficiam uma minoria organizada que acaba por “explorar” a sociedade.

A nova extrema direita acolhe grupos fascistas, porém sua natureza difere do fenômeno da década de 30. Enquanto o fascismo concebe a sociedade como um conjunto social monolítico e homogêneo, sem espaço para dissenso, a nova extrema direita se coloca como uma confederação heterogênea de visões críticas aos elementos mais aparentes do neoliberalismo e aos assim percebidos “beneficiários” do neoliberalismo. Assim, aos grupos de natureza fascista se articulam segmentos ultraneoliberais que esposam doutrinas explicitamente antiestatais e individualistas como o anarcocapitalismo, segmentos religiosos, em alguns casos com perfil fundamentalista, em geral buscando mais ação estatal na regulação das condutas individuais e apresentação de concepções românticas da trajetória histórica, além de outros grupos específicos, a depender da conjuntura local. A resultante é a proposição de arranjos políticos com graus variáveis de autoritarismo como a forma de gerir sociedades percebidas como em estado de natureza Hobbesiano. Ao longo da última década, este construto político tem sido hábil em captar adesões da população abandonada pelo neoliberalismo à própria sorte. O mal-es-

tar é convertido em ódio potencializado pelas novas tecnologias, especialmente naquele conjunto da população que termina por ser não elegível às políticas focais. A *alt-right* explicita assim alguns elementos do neoliberalismo como causadores do processo de sofrimento social que viceja no Ocidente.

Os setores progressistas falham ao rotular a *alt-right* e seus eleitores como “fascistas”. Ao utilizar tal designação, alienam um conjunto de cidadãos que rejeitam o *status quo* neoliberal; atribuem à nova extrema direita uma organicidade inexistente e, contraditoriamente, reforçam os vínculos dos grupos que se estruturam ao redor da *alt-right*; não enfatizam a destruição que o neoliberalismo promoveu nos padrões de vida das populações do Ocidente; e por fim, terminam por reproduzir os pressupostos neoliberais de ênfase no individual e no particular ao não propor ações de amplitude coletiva e geral.

A nova extrema direita é produto do neoliberalismo. A crítica da nova extrema direita à sociedade neoliberal é limitada, pois limitada é sua concepção de mundo, que ainda se aferra aos próprios substratos que geraram o neoliberalismo como o discurso na crença na alocação via mercado e no individualismo, para depois tomar o Estado em seu próprio benefício. Essa contradição entre prática e discurso explica de certa forma algumas de suas derrotas eleitorais recentes.

Entretanto a *alt-right* continuará encontrando guarida na incapacidade dos setores progressistas em ultrapassar as limitadas políticas focais, que no máximo mitigam os danos do ciclo neoliberal para pequenos grupos. Enquanto isso, a continuidade das políticas neoliberais permanecerá engendrando piora nas condições de vida da maioria, com reduções na renda e aumento das desigualdades. Assim, não se trata de escolher entre uma ou outra, mas sim de estabelecer aproximação e diálogo com as vítimas do neoliberalismo que creem no discurso da nova extrema direita, talvez até por desespero. Enquanto isso não for feito, os setores progressistas do Ocidente não serão capazes de construir uma alternativa crível à extrema direita.

* É professor da FCE/Ufrgs.

** É professor da FCE/Ufrgs.

Crise do Neoliberalismo e a ascensão da extrema direita

Rubens R. Sawaya*

■ O neoliberalismo foi [é] destrutivo. Destruíu as economias, estruturas produtivas, destruiu a política, as formas tradicionais de representação, destruiu o Estado e as formas mínimas de solidariedade com o fim das políticas sociais. Jogou as pessoas desamparadas no mundo do individualismo radical. A ascensão da extrema direita é o resultado da crise do neoliberalismo, das formas tradicionais de representação política, da crise econômica.

Com a destruição da política como forma de representação social veio o enfraquecimento da própria democracia pela ideologia neoliberal. Junto com a destruição do Estado como forma de organização social, veio a criminalização da política. Com o objetivo de impedir o Estado e a política de interferirem no funcionamento dos mercados, a própria política teve que ser destruída em nome da não intervenção. Esse processo materializa-se na defesa do Banco Central independente da ação política; no impedimento do uso das estatais em políticas para o desenvolvimento; no fato de os bancos públicos subverterem o equilíbrio do mercado financeiro. Obrigam o parlamento a respeitar as leis do mercado e a aprovar medidas que impeçam o Estado de agir a fim de realizar políticas sociais ou de desenvolvimento. Defendem o Estado mínimo. Os políticos também seriam desnecessários, além de congenitamente corruptos ou “*rent seeking*”. Defendem a destruição da política como forma de intervenção social.

O neoliberalismo é o abandono da política. Política se faz no âmbito das relações sociais organizadas. O neoliberalismo é a negação da relação social para a afirmação do indivíduo isolado, a antipolítica, a política como técnica ou como ação de ‘administrações de empresas’ eficientes na alocação de recursos escassos. A política e o Estado

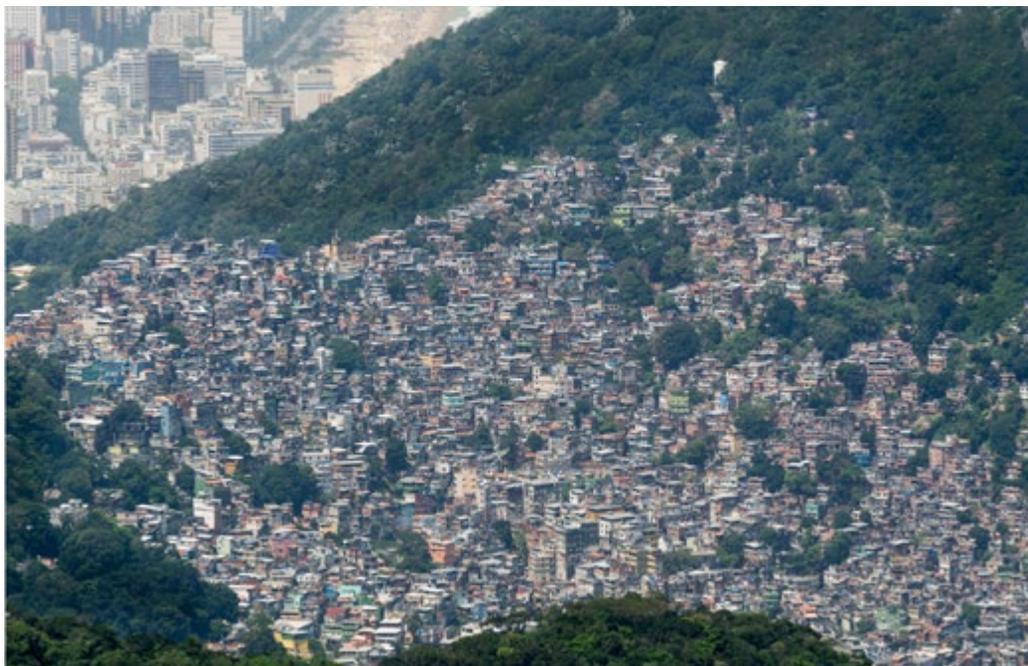
deixam de ser o lugar do debate antagônico e democrático para se transformarem no trabalho de técnicos, claro, que atuam dentro de um determinado arcabouço teórico aceito pela ideologia neoliberal, o “novo consenso macroeconômico”.

A destruição das estruturas econômicas pelo neoliberalismo resultou, por seu turno, em desemprego, crescimento da pobreza e miséria, não apenas na periferia que embarcou de cabeça nas políticas de desregulamentação, liberalização de fluxos de mercadorias e dinheiro. O resultado foi a desindustrialização tanto em partes do centro como nas periferias que adotaram as políticas. Subvertendo a própria lógica de Adam Smith, que havia percebido que a produção de riqueza se tornara social no capitalismo, pela divisão do trabalho, enviesaram a interpretação com a falsa ideia utilitarista de que riqueza é produzida pela ação individual, isso em pleno capitalismo dominado por grandes corporações que controlam as cadeias globais de valor e que incluem ou excluem pessoas, países e espaços do processo de acumulação segundo suas perspectivas de lucratividade.

Como solução econômica, com a ideologia do empreendedorismo, o neoliberalismo encobriu a forma tradicional de produção dominada pela grande corporação capitalista. Vendeu o individualismo como solução para a participação social na economia e na riqueza. A ideologia da emancipação do indivíduo livre empreendedor foi e é vendida todos os dias nos meios de comunicação, como se o capitalismo tivesse sido um dia construído por empreendedores.

Sob a promessa de que com seu esforço próprio os indivíduos se emancipariam e se tornariam sujeitos de seu próprio destino, o resultado concreto foi a criação de sujeitos desamparados, pobres ‘ressentidos’ nos termos de Birman e Safatle, esgotados de tanto batalhar por horas e dias sem direitos e





sem descanso. Diante da concreta frustração, uberizados por sistemas internacionais que não controlam, estes passam a procurar culpados pelo seu estresse. E, como lhes foi dito por anos, os principais culpados por seu infortúnio só poderiam ser as próprias instituições, o Estado, os políticos, os impostos. Foram de fato desamparados pelo Estado diante do fim das políticas sociais, da legislação trabalhista.

O ódio ao Estado é o resultado da destruição das políticas sociais. Se o Estado, visto como cobrador de impostos, não responde às necessidades básicas dos desamparados jogados na guerra do empreendedorismo, clamam o fim do Estado e gritam fora aos políticos. A crítica tem fundamento real, dado que os cortes de direitos, da aposentadoria digna, da saúde e da educação foram decisões tomadas no parlamento, por políticos. Assim clamam 'abaixo os políticos'. A raiva dessa extrema direita deita-se sobre o sistema. Para ela todos são culpados, o Estado, as elites, a esquerda. O mote torna-se a destruição da política, do Estado.

O neoliberalismo foi levado ao seu extremo. Deixou os indivíduos no vazio, sem nada, sem emprego, sem direitos sociais, sozinhos no seu individualismo, frustrados. O resultado só poderia ser a ascensão da extrema direita e da ideologia antissistema. O

interessante é que as críticas são contra um tipo de política e de Estado. Por isso elas se materializam na busca de um messias, de um salvador para os infortúnios, na verdade de um Estado forte, ditador, que 'resolva os problemas'. A resposta, portanto, não poderia ser mais liberalismo, embora muitas vezes assim apareça. A busca é por salvação do infortúnio. Não querem um outro liberal democrático, mas um ditador. Essa é a mesma lógica que explicou o nascimento do fascismo na Europa após a Primeira Guerra.

Neste processo de destruição da política pelo próprio neoliberalismo propagandeado pelas elites, foram elas, as elites, que perderam o espaço político. Perderam as formas tradicionais de controle, que lhes garantiam a sobrevivência com base no poder do dinheiro, da propaganda política, do controle sobre a mídia tradicional. Perderam o poder que tinham de criar "líderes" sem povo, por fora dos movimentos sociais organizados. Perderam assim o poder de determinar o funcionamento do sistema conforme seus interesses, de definir leis, regras e políticas econômicas que garantiam sua apropriação sobre a riqueza sem violência explícita, como o capitalismo tradicional fundado na democracia formal exige.

Os candidatos de extrema direita não representam a "direita civilizada" nem as fra-

ções de classe que defenderam as reformas neoliberais. Os novos sistemas de propaganda e as mídias sociais lhes tiraram o controle sobre a tradicional construção de líderes sem povo. Foram pegos de surpresa pela própria democracia de "supermercado", nos termos de Ranciére, que "vendiam" seus candidatos como produtos. As novas mídias digitais retiraram de suas mãos o controle sobre a propaganda. A mídia tradicional, mecanismo normal de divulgação da ideologia neoliberal, se viu enfraquecida. Perderam as bases que lhes garantiam o controle sobre a própria democracia.

De outro lado, os líderes que de fato são oriundos da organização social concreta sobrevivem – para desespero da "direita civilizada" – embora agora tenham que lidar com messias e salvadores de extrema direita, com enorme dificuldade em contrapor o desastre da antipolítica. Por seu turno, a direita civilizada, sem conseguir criar líderes na política concreta, não hesita em apoiar a extrema direita, cheia de seguidores nas redes sociais atraídos pela promessa de um novo messias. Veem esse apoio como forma de sobrevivência. Imaginam conseguir controlar esses novos "líderes" isolados que surgiram da destruição da política e da economia pelo neoliberalismo que defenderam. Assim, acabam por fortalecer o monstro sem conseguir controlá-lo. As elites têm vergonha da extrema direita, mas, mesmo assim, a apoiam para não deixarem o poder nas mãos de quem não controlam.

Só com a retomada da política como forma democrática de organização social, construída a partir dos movimentos sociais concretos, seria possível recolocar o Estado em sua função de espaço de condensação de forças antagônicas, mediador da disputa pela riqueza socialmente criada entre frações de classe concretas. O Estado não é constituído por um conjunto de técnicos "sem ideologia". Os políticos não são produtos na prateleira. Só a retomada do Estado pela sociedade e da política pode acabar com a extrema direita, o que passa pelo fim do neoliberalismo.

* É professor do Departamento de Economia e vice-coordenador da pós-graduação em Economia Política da PUC-SP.

Ascensão da extrema direita como fenômeno histórico da incapacidade de transformação estrutural

Vanessa Petrelli Corrêa*
Niemeyer Almeida Filho**

■ A ascensão recente da extrema direita no mundo desenvolvido do capitalismo é uma constatação histórica, que se desdobra, dentre outros elementos, da própria crise estrutural do capitalismo. Podemos dizer que esta crise tem sua gênese no final dos anos 1970, pela perda de dinamismo da economia global e pela elevação da inflação, mas fundamentalmente, nasce das transformações estruturais do capitalismo engendradas pelas mudanças no padrão tecnológico e pelas inovações financeiras, ambas relacionadas ao que chamamos de “capitalismo financeirizado”.

Desde a referida crise, o mundo ocidental passou a defender o programa propalado pelo chamado “Consenso de Washington”, que retomava as ideias liberais, indicando a redução da atuação do Estado e reformas na direção de uma ampla abertura comercial e financeira. Em termos de teoria econômica, o chamado “consenso macroeconômico” entronizava essa perspectiva, defendendo as ideias de “austeridade” e definição de regras no trato da política macroeconômica com o intuito de gerar “confiança” nos mercados. Aí se inicia a hegemonia do neoliberalismo, que subordinou os países aos seus preceitos e que gerou mudanças institucionais importantes no sentido de eles se adequarem a esse “bom figurino” propalado. Países periféricos realizaram, paulatinamente, essas mudanças engendrando processos de abertura econômica, de combate à inflação, de “disciplinamento” da ação do Estado.

O dinamismo da economia global foi retomado nos anos 1990, havendo o domínio da perspectiva liberalizante e se estendeu, basicamente, até a crise de *subprime* em 2008, porém sem ter potencial de recuperar os níveis de emprego dos anos 1950/1960.

Com a crise de *subprime* se elucidavam os limites do neoliberalismo e parecia haver espaço para uma nova perspectiva, tendo em vista a própria fraqueza dos Estados Unidos e baixo dinamismo mundial. No entanto, após um pequeno avanço da esquerda na Europa e nos Estados Unidos (Bernie Sanders), o que acabou se entronizando foi o avanço da extrema direita.

Evidentemente, se houve crise do desenvolvimento capitalista no centro desenvolvido, muito mais intensos foram os efeitos na periferia. Ainda que tenha havido aqueles que visualizaram uma mudança do eixo da acumulação global para a periferia, logo após a crise de *subprime*, chamando um fenômeno transitório de a “nova locomotiva” da economia global.

Na América Latina, a lógica da liberalização econômica e financeira também passou a ser dominante a partir da década de 1990, mesmo que possamos indicar que no início dos anos 2000 diferentes países da região, dentre eles o Brasil, tenham conseguido engendrar experiências de centro-esquerda, que realizaram importantes ações de avanço de políticas sociais e de intervenções econômicas do Estado.

No caso brasileiro, a perspectiva da intervenção do Estado em prol de um projeto de maior inclusão social trouxe um alívio nas situações de pobreza extrema, gerando um processo de crescimento mais expansivo entre 2003 e 2014 do que os 10 e 20 anos anteriores tomados em conjunto. Ademais, provocou melhorias na distribuição de renda, o que são resultados importantes.

Apesar desses resultados, os governos de Lula e Dilma Rousseff não provocaram mudanças estruturais mais profundas e, em termos econômicos, não atacaram o fulcro do neoliberalismo. A perspectiva liberalizante se manteve, assim como os ganhos financeiros dos grandes aplicadores. A continuidade da



Vanessa Petrelli Corrêa



Niemeyer Almeida Filho



abertura permitiu que os fluxos de capitais que ingressam e saem do país via conta financeira do Balanço de Pagamentos fossem altamente voláteis, influenciados por fatores conjunturais. Esses são fatores que afetam o mercado de câmbio, provocando sua volatilidade, gerando perdas, com impactos sobre as decisões de produzir e investir das empresas.

A manutenção do modelo de metas de inflação, formulado por um diagnóstico de inflação de demanda, justifica o ajuste dos juros para cima toda a vez que há pressão inflacionária, entronizando o controle de gastos públicos. Descartam-se eventuais outras causas da inflação, garantindo-se juros altos, amplamente favoráveis aos aplicadores. Paralelamente, mesmo quando a inflação arrefece e os juros caem, os “mercados” questionam os movimentos de baixa, sob o argumento de que os juros internos são importantes para a atração de capitais.

Do lado dos gastos públicos, a perspectiva do “novo consenso macroeconômico” é de austeridade, pregando-se o estabelecimento de regras fiscais, que limitam a ação do Estado e dificultam sua ação anticíclica.

Nessa situação, os avanços distributivos são temporários, vinculados ao crescimento da economia e da melhora do mercado de trabalho e ao aumento real do salário mínimo (que também tem impacto sobre as Transferências de Assistência e Previdência ligadas a ele). Exemplo disso: entre 2003 e 2015 ocorreu um aumento da renda real dos mais pobres, com expansão de emprego; os salários se tornaram relativamente menos desiguais e a pobreza caiu. Contudo, na medida em que mudanças estruturais, institucionais, não haviam ocorrido, estes ganhos se perderam nos anos seguintes, com a queda do crescimento.

Enquanto o país crescia e era possível ter altos níveis de arrecadação, o superávit primário foi alcançado. No entanto, mesmo cadentes, os juros altos se mantinham, comprometendo a própria rolagem da dívida pública e, além disso, a liberalização permitia um “excesso” de entrada de capitais nos vastos períodos de liquidez. Esses dois fatores comprometiam a dívida pública: (i) o “excessivo” volume de divisas ingressantes implicava aumento do volume de operações compromissadas para conter a valorização excessiva do câmbio e (ii) os ju-

ros altos provocavam também o lançamento de novas compromissadas à medida em que esses juros eram pagos e também comprometiam o próprio nível do pagamento, tendo em vista os altos níveis desses juros.

Ora, quando o país começa a apresentar problemas de crescimento a partir de 2013, eminentemente por problemas de demanda¹, esse diagnóstico é descartado pelo “novo consenso macroeconômico” em favor de outro de que os desequilíbrios haviam sido provocados pelo excesso de gastos de governo. Aceitando o segundo argumento, em havendo excesso de gastos, não há fundamento para uma ação anticíclica.

Após 2015, a junção da política da austeridade adotada pelo novo governo de Dilma Roussef com a paulatina perda de intensidade das políticas sociais mitigadoras de uma condição estrutural de desigualdade e exclusão sociais significativas fragilizaram o governo da Presidenta. Houve enorme pressão política do *establishment* do Congresso Nacional.

Por outro lado, outro fator relevante para essa pressão foi o da mudança no perfil religioso populacional, com a ascensão da parcela dos evangélicos no conjunto da parcela da população que afirma ter alguma religião, sendo que representavam, em 2010, 22% da população brasileira. Há diferenças entre expectativas de políticas sociais a depender desse perfil populacional, pois a formação evangélica é muito mais sensível a propostas de políticas que tenham conteúdo cultural e moral, ademais de entenderem que as políticas públicas devam ter efeitos imediatos, tudo isto pela sua visão de mundo. Há ênfase na moralidade ética, pela adoção de valores como fidelidade e abstinência sexual, sendo que a vida da “família tradicional” é vista como uma instituição sagrada e como a principal responsável pela educação dos filhos.

As circunstâncias dos anos de 2015 e 2016 permitiram a difusão de um aparente consenso de que governos de esquerda eram incompetentes tecnicamente para garantir a austeridade e incapazes de promover qualquer tipo de política de desenvolvimento que trouxesse progresso, mesmo tendo havido expressivo crescimento anterior. E, além disso, eram governos sintonizados com ideias comunistas e com progressos sociais de gênero, abrindo o espaço para a ascensão de um governo de extrema direita.

Assim, parece-nos que a ascensão da direita e extrema direita no Brasil e também na América Latina expressa, sobretudo, a incapacidade dos governos progressistas em oferecer saídas duradouras, efetuando políticas de mitigação do esgarçamento social e mesmo de crescimento, mas sem romper com os limites impostos pelo neoliberalismo.

Não estamos sugerindo que a incapacidade dos governos progressistas em oferecer alternativas seja fruto de incapacidade técnica. A questão é essencialmente política. As políticas estruturais de transformação social passam por mudanças em nível de coalizões políticas e de regulação, que esses governos não foram capazes de realizar.

No Brasil, os governos petistas foram e são obrigados a formar coalizões de partidos políticos muito diversos, que trazem para o interior do governo interesses conservadores, não raro, interesses reacionários. Tudo em nome da governabilidade que o capital internacional exige como garantia da estabilidade econômica e preservação de seus interesses.

O que se observa é que o custo político de reverter as políticas econômicas neoliberais foi se ampliando ao longo das décadas do século XXI, na mesma proporção do avanço do processo de financeirização. Hoje, mesmo com o fracasso dessas políticas, explicitado no mundo e no Brasil recente, as ideias liberais permanecem, mantendo qualquer movimento de uma ação mais incisiva em prol do crescimento distributivo em uma camisa de força. É o que estamos assistindo no Brasil hoje nesse novo governo do PT, fato ainda dificultado pela ascensão da extrema direita, que surfou no diagnóstico da necessidade de redução do Estado, demonizando os que defendem políticas distributivas. Ainda assim, foi possível eleger, de novo, um governo à esquerda. Mas é preciso avançar, pois a armadilha permanece e a extrema direita arrebanhou grande número de seguidores.

* É professora titular do Ieri/UFU.

** É professor titular do Ieri/UFU.

¹ Para essa discussão veja-se CORRÊA, V.P. & SANTOS C. H.M. (2013). *Modelo de crescimento brasileiro e mudança estrutural – avanços e limites*. In CORRÊA, V.P. (Org). *Padrão de acumulação e desenvolvimento brasileiro*. São Paulo: Ed. Fundação Perseu Abramo.

A força da extrema direita: Trump, Bolsonaro e o fenômeno Milei

Sávio Cavalcante*
Danilo Martuscelli**

■ O fortalecimento da extrema direita tem sido um dos maiores desafios impostos a regimes democráticos em vários países do mundo, de centro ou periferia. Instituições, legislações e sistemas eleitorais, que pareciam barreiras intransponíveis a lideranças reacionárias mais radicais, não têm se mostrado suficientemente fortes para contê-la. O fato de muitos pesquisadores debaterem a pertinência ou não do conceito de neofascismo para caracterizarem, pelo menos, parte desses movimentos é um dos sintomas mais emblemáticos desse processo.

O enquadramento teórico principal da produção acadêmica sobre o tema, especialmente na Europa e EUA, foi localizá-la na categoria de “populistas de direita” que ameaçam “democracias liberais”. Cas Mudde, uma das maiores referências, indicou aí três invariantes ideológicos: além do populismo (retórica que opera segundo uma divisão entre “povo”, fonte da pureza, e uma “elite” corrompida), o nativismo (combinação de nacionalismo e xenofobia) e o autoritarismo (punitivismo extremado para manter uma ordem social supostamente ameaçada)¹.

Contudo, esse enquadramento teórico apresenta dois limites importantes, especialmente notáveis a partir dos desdobramentos da crise econômica mundial de 2007. O primeiro é considerar que a extrema direita tem compromisso com o regime democrático em termos de aceitação da soberania popular e da regra da maioria. Por muitos grupos reivindicarem a identidade do fascismo histórico – tese também advogada por E. Traverso, que prefere falar em “pós-fascismo”² – essas direitas caberiam dentro do sistema demo-

crático por aceitarem, a despeito de provocarem tensões, as diferentes formas existentes de democracia parlamentar.

Porém, é cada vez mais visível que a extrema direita contemporânea, longe de manter um compromisso irrestrito com as regras vigentes, utiliza a democracia de forma tática, instrumental e fomenta uma radicalização nas bases que ultrapassa um ponto de não retorno. Os casos mais emblemáticos foram produzidos pela recusa de suas lideranças (Trump e Bolsonaro) em aceitar a decisão do sufrágio – ataque ao Capitólio em 2021 e aos Três Poderes em Brasília em 2023. Na Bolívia, o resultado das urnas também foi questionado pelas forças reacionárias que deram o golpe de Estado em 2019.

O segundo limite é o próprio conceito de populismo. Não se trata de negar a existência do apelo ao “povo” como identidade política capaz de mobilizar afetos e ressentimentos de massas contra o “sistema” e de tornar suas lideranças, por conseguinte, agentes supostamente “antissistêmicos”. O problema é que o populismo, assim genericamente caracterizado, tende a normalizar o que seriam as forças “não populistas” como plenamente democráticas, ou seja, acaba por ignorar, em suas análises, o déficit democrático objetivamente existente provocado pela hegemonia neoliberal, a qual retira enormes espaços de soberania e decisão das mãos de governantes eleitos.

A corrosão da democracia não se iniciou com a extrema direita. É resultado de anos de reformas e marcos institucionais que reduzem o poder do sufrágio de enfrentar a desigualdade neoliberal. Ademais, historicamente, o populismo tem contado com o apoio de uma base social politicamente desorganizada e orientada por um estatismo



Sávio Cavalcante



Danilo Martuscelli

de tipo progressista, constituindo-se assim em um fenômeno distinto tanto do bonapartismo (um estatismo de tipo conservador) quanto do fascismo (base reacionária de massa permanentemente mobilizada).

Para a compreensão da extrema direita atual, seria importante, assim, reorganizar os quadros de referência teóricos e atribuir, antes, maior ênfase analítica ao próprio capitalismo. No caso, seu modelo neoliberal, que vem se produzindo desde os anos de 1970 e para o qual não se apresentaram alternativas politicamente fortes baseadas em princípios igualitaristas de justiça social, mesmo depois da crise de 2007.

Sugerimos retomar a análise de Nicos Poulantzas sobre o estatismo autoritário e o fascismo para dar conta desse desafio³. De forma resumida, o argumento é de que o modelo de Estado dos países centrais nas últimas décadas do século XX foi se caracterizando pelo crescente esvaziamento de conteúdo social da democracia em razão da proteção legalmente conferida a áreas da vida econômica e política que poderiam ser organizadas apenas por princípios supostamente técnicos. Para Poulantzas, mesmo nesse cenário, os riscos de uma nova ascensão do fascismo eram baixos. Porém, a acentuação da “razão neoliberal” em todos os níveis promoveu efeitos que o autor não pôde acompanhar em vida. Dois deles se destacam:

Primeiro: a razão neoliberal potencializa o individualismo de pequeno proprietário ao criar e incentivar um quadro legal e normativo em que todos os agentes precisam se comportar como empresas, radicalizando o efeito de isolamento promovido pelo direito burguês sobre os agentes da produção, mesmo entre camadas populares de não proprietários (trabalhadores informais e autônomos, por exemplo);

Segundo: o déficit societário que acompanha a exacerbação do individualismo neoliberal tem sido compensado pela conciliação político-eleitoral com conservadores, especialmente de base religiosa, que priorizam a defesa da “civilização ocidental judaico-cristã” e da família patriarcal. A desestabilização da função de “representação da unidade” do Estado-nação, provocada pela mundialização neoliberal, exacerbou movimentos reacionários em luta pela preser-



vação da “pureza da nação” contra ameaças externas e internas (imigração, multiculturalismo, defesa da diversidade racial e étnica etc.). Pontos de contato de grupos minoritários que reivindicam o fascismo histórico com a atual extrema direita se ampliam. Seus líderes passam a testar os limites da liberdade de expressão com ideias e posições há pouco vistas como indefensáveis. Sistemas de agitação e propaganda nas redes sociais operam em escala industrial para promover coesão e engajamento ativo da base social mais radicalizada e preservam a ideia de campanha permanente mesmo quando essas lideranças chegam ao poder.

Em suma, não se trata de ignorar variações do campo das direitas que ainda possuem recursos e apoio das classes dominantes para o exercício de poder dentro do regime democrático liberal. Porém, o que muitos países presenciam na atualidade é a crescente dificuldade da direita democrática de preservar seu papel tradicional de representação política do anti-igualitarismo em oposição aos diferentes progressismos. A existência, em vários contextos nacionais, de movimentos de massa reacionários – permanentemente ativos (não apenas em momentos eleitorais) e especialmente formados e

liderados por camadas intermediárias da sociedade – torna pertinente a caracterização de neofascismo para parte desses grupos.

A vitalidade da extrema direita contemporânea é um subproduto do modelo de Estado neoliberal, apresenta articulações de vários graus com forças e ideologias neoliberais, mas não se reduz necessariamente a elas. Os casos de Brasil (Jair Bolsonaro), EUA (Donald Trump) e Argentina (Javier Milei) são interessantes para se analisar diferenças e semelhanças desse processo.

Trump e Bolsonaro obtiveram vitórias eleitorais em processos distintos, mas convergentes, de agudização da politização reacionária nesses países, o que tornou possível isolar alternativas tradicionais de direita. Foram igualmente influenciados por movimentos transnacionais que atualizaram ideologias tradicionalistas (Steve Bannon e Olavo de Carvalho) e o conservadorismo cristão, não necessariamente neoliberais. Com sistemas de agitação e propaganda próprios, organizaram ressentimentos (de classe, gênero e raça) que atravessam a sociedade e produziram um tipo de militância em estado de campanha permanente.

A relação de ambos com o programa neoliberal comporta diferenças. No caso de

Bolsonaro, formou-se uma articulação mais coesa com neoliberais que viam a democracia como obstáculo à imposição do livre mercado para impor suas reformas. Nos EUA, Trump combinou políticas protecionistas em relação ao comércio exterior com ataques a serviços públicos e proteção da renda dos mais ricos. A articulação da extrema direita com o neoliberalismo precisa ser avaliada no interior de um quadro mais amplo da posição desigual dos países no capitalismo global e dos oponentes principais que precisam derrotar eleitoralmente: o neodesenvolvimentismo petista (Brasil) e o neoliberalismo progressista (EUA).

Ambos os movimentos, contudo, são portadores de ideias anti-igualitaristas que buscam retomar poder irrestrito sobre a propriedade (incluída aí a família), sendo este o sentido que conferem à luta pela “liberdade”. Ao serem derrotados quando tentaram a reeleição, seguiram o mesmo roteiro: não tiveram condições de seguir a via golpista, mas não reconheceram a legitimidade da vitória do oponente. A viabilidade prática de golpes era pequena em ambos os casos, ainda que, no Brasil, as Forças Armadas e policiais militares tenham demonstrado apoio muito mais orgânico e menos comprometido com a ordem constitucional. Nos dois casos, frações do grande capital mais comprometidas com o “neoliberalismo progressista” limitaram a possibilidade de ruptura institucional.

De todo modo, ao alegarem fraudes, mantiveram a politização de suas bases contra o “sistema” e permanecem, a despeito dos processos criminais que enfrentam, como agentes políticos incontornáveis, direta ou indiretamente, na definição da cena política dos próximos pleitos. A direita “tradicional” de ambos os países não oferece, ainda, alternativa viável para recomposição desse campo político.

Milei representa uma variação da extrema direita ainda mais singular. É a primeira vez que uma liderança que se reivindica “anarcocapitalista” tem condições reais de chegar a uma vitória eleitoral presidencial, o que tem feito sem renunciar a um discurso que, na maior parte dos casos, estava restrito a grupos menores de redes sociais: uma defesa da abolição do Estado como horizonte normativo para efetivação da liberdade

completa de mercado e uma retórica estridente (protofascista e com direito à *cosplay* de super-herói) contra os que considera “parasitas” coletivistas.

A consigna central da campanha de Milei é o combate à casta, que compreenderia não só os políticos corruptos, mas também os empresários dependentes do Estado, sindicalistas e formadores de opinião do “sistema”. Nos atos públicos, seus seguidores têm bradado o lema “*la casta tiene miedo*”, configurando algo semelhante ao que Poulantzas observou na agitação fascista contra grupos poderosos, mas que não visava a ultrapassar os limites de um “anticapitalismo do *status quo*”.

Em termos de base social, é expressivo o apoio que tem recebido da população mais jovem e precarizada das classes populares⁴ e dos municípios em que o salário médio se situa na faixa de 230 a 460 mil pesos (venceu em 160 de um total de 232), projetando-se como segunda principal força em municípios com salário médio inferior a 230 mil pesos. Também foi o candidato mais votado em municípios em que o emprego público corresponde a menos de 37% (84 de um total de 180) e no intervalo entre 37 a 51%⁵.

O kirchnerismo e o peronismo têm sido tratados como inimigos centrais da campanha de Milei. No entanto, sua candidatura tem também confrontado o macrismo e as forças aglutinadas em torno da candidatura de Patricia Bullrich por considerá-los ineficazes na luta contra os impostos e o Estado prebendário. Provavelmente, por conta do antikirchnerismo e do antiperonismo presentes na base eleitoral de Bullrich, boa parte desses eleitores deve migrar para Milei no segundo turno, caso se consuma a disputa entre ele e Sérgio Massa.

Em entrevista recente à revista *The Economist*⁶, Milei desenvolve como recebeu as ideias “libertarianas”, especialmente vindas dos EUA. Vários pontos chamam a atenção: o modo como justifica sua adesão à extrema direita conservadora internacional pela convergência anticomunista; a forma como contorna o problema de não defender o programa libertário na chamada pauta dos costumes (não pode ser feito com *welfare state*); a denúncia de fraudes nas eleições (na Argentina, Brasil e EUA); a defesa da ditadu-

ra militar em seu país por ser um contexto de “guerra” contra “subversivos de esquerda” etc. Victoria Villarruel, candidata a vice, além de reivindicar esse legado, possui relações familiares com agentes da repressão do período, que prefere qualificar como “presos políticos”, e defende propostas de soltá-los.

Desse modo, parece-nos adequado considerar que estamos diante de um contexto no qual o modelo neoliberal dobra suas apostas, contribuindo assim para engendrar processos globais de crise da democracia liberal e fomentar soluções cada vez mais autoritárias.

Algo que, há exatos 25 anos, estava presente no prognóstico perspicaz de Reginaldo Moraes: “A política neoliberal não é a da mobilização neofascista, mas pode ser o pavimentador dessa outra via da contrarrevolução. Apatia política e desilusões com as saídas convencionais, desmanche de tradições políticas, sociais e culturais que outrora custuravam e resguardavam a sociedade, ausência de saídas progressistas confiáveis (elas mesmas mergulhadas na desilusão e na desmoralização), tudo isso prepara o caminho para a emergência d[O] (...) fascismo [que] é assim, de certo modo, um sintoma de males profundos, mas tem o cuidado de não se apresentar como sintoma, mas, antes, como remédio amargo, necessário e... o único que nos sobra”⁷.

* É professor de Sociologia da Unicamp. saviomc@unicamp.br

** É professor de Ciências Políticas da UFU. daniloenrico@gmail.com

1 Mudde, Cas. *The Populist Radical Right: A reader*. London/New York: Routledge, 2017.

2 Traverso, Enzo. *As novas faces do fascismo: populismo e extrema direita*. Belo Horizonte: Ayiné, 2021.

3 Cavalcante, Sávio; Martuscelli, Danilo. *Les contributions théoriques de Poulantzas pour l'analyse de l'extrême droite contemporaine.. Terrains/Théorie* (2023, no prelo).

4 Cuesta, Micaela et al. *Radiografía socioeconómica, política e ideológica del Área Metropolitana de Buenos Aires en la coyuntura actual. Documento N°1, Escuela Interdisciplinaria de Altos Estudios Sociales Idaes|Unsam, 2023.*
5 <https://www.lanacion.com.ar/politica/paso-2023-el-mapa-de-resultados-de-las-elecciones-a-presidente-en-todo-el-pais-nid13082023/#/presidente>

6 <https://www.economist.com/news/2023/09/07/an-interview-with-javier-milei>

7 Moraes, Reginaldo C. *Neoliberalismo e neofascismo – és lo mismo pero no és igual? Crítica Marxista*, v.1, n.7, 1998.



A sinergia destruidora entre neofascismo e capitalismo

Ellen Tristão*

■ Desde a primeira eleição de Silvio Berlusconi como *premier* italiano, na década de 1990, pelo *Forza Italia*, a ascensão da extrema direita toma cada vez mais espaço no cotidiano político e social. Em 2002 foi a vez de Jean-Marie Le Pen ficar em segundo lugar na corrida eleitoral francesa, pela Frente Nacional (hoje Reagrupamento Nacional). Neste primeiro quarto do século XXI, a ideologia neofascista esteve à frente, ou às bordas, de muitos países do globo, com Jair Bolsonaro (Brasil), Andrzej Duda (Polônia), Donald Trump (Estados Unidos), Recep Erdogan (Turquia), Volodymyr Zelensky (Ucrânia), Giorgia Meloni (Itália), Viktor Órban (Hungria) e, porque não citar, Vladimir Putin (Rússia) por suas políticas homofóbicas e Benjamin Netanyahu (Israel) pelo genocídio palestino. Às derrotas de Trump e Bolsonaro nas urnas, sem nenhuma vantagem confortável, seguiram-se a vitória de Meloni na Itália e a ascensão, na corrida eleitoral, de Javier Milei na Argentina.

O neofascismo atual é multifacetado, heterogêneo e destruidor. A particularidade conjuntural e as especificidades cultural, política e histórica de cada país o moldam e dão contornos adequados a sua difusão. Se este neofascismo é bolsonarista no Brasil, com o culto ao mito, a religiosidade patriarcal e conservadora e os ataques anticientíficas, na Europa apresenta-se com traços xenofóbicos e de defesa da cultura branca judaico-cristã, ou mesmo laica. Esta aparência – que atribui forma gelatinosa e indistinta ao que vislumbro como uma ideologia, um conjunto de ideias, uma visão de mundo – é, no entanto, um fenômeno que desnuda a essência potencialmente destrutiva do capital. Nessas poucas linhas que me cabem, faço a opção de deixar de lado o

debate sobre o que é o neofascismo para privilegiar a explicitação de seus laços com o capital, assim como pontuar as consequências possíveis desta sinergia destruidora.

A conjuntura que abre as portas à ideologia neofascista é aquela engendrada pelo capitalismo contemporâneo, inaugurado com a crise dos anos 1967/68. Com a crise, as transformações no sistema financeiro, produtivo e na política econômica em geral passaram a ser ditadas pela ideologia neoliberal. Ainda que a vinculação do neoliberalismo com o liberalismo clássico seja facilmente visível, os contornos do neoliberalismo são explicitamente cruéis, na medida em que a desigualdade não só é naturalizada, mas a disputa entre os indivíduos é exacerbada; o “cálculo da vida” de Hayek possui traços claramente eugenistas (AUGUSTO, 2022).

As contrarreformas de inspiração neoliberal caminham no sentido de destruição dos sindicatos, da redução das políticas sociais e de proteção, da privatização e retirada de qualquer obstáculo para a livre movimentação do capital. As consequências dessas políticas consistem em desemprego estrutural e na concentração de riqueza e renda, que se combinam com o crescimento da miséria. A concorrência capitalista deixa em segundo plano sua base industrial e move-se agora privilegiando as formas substantivadas do capital-dinheiro, seja enquanto capital a juros ou nas mais variadas formas do capital fictício (ações, derivativos, títulos da dívida pública etc.), acentuando a contradição entre produção e apropriação da riqueza. Assistesse ao colapso da URSS, ao “fim da história” anunciado por Francis Fukuyama, que apresenta o capital, em sua forma neoliberal, como vencedor. A expansão bélica, agora sem o inimigo vermelho, abre novos caminhos com



guerras no Oriente Médio, para manutenção de seus espaços de acumulação. O resultado desta conjuntura, que fecha o século XX, é a guerra, a fome, a miséria e uma ausência de perspectivas de transformação a partir de uma esquerda organizada.

No século XXI, novas crises e novas guerras (nada tão novo assim) repõem a miséria e a saída neoliberal. O trabalho fragmentado e “uberizado” mina as lutas coletivas já destroçadas e dá novo conteúdo à mistificação da relação capital/trabalho. A islamofobia cresce com a guerra contra o terror e as ameaças do Estado Islâmico (que não guarda qualquer identidade com a religião muçulmana). As contrarreformas neoliberais e a “financeirização” caminham para coroar as desigualdades em níveis jamais vistos (10% mais ricos detendo 76% da riqueza, enquanto os 50% mais pobres apenas 2%, como sinalizam Chancel *et alli*, 2022). Este drama é coroado com um cenário que nos remete aos filmes pós-apocalípticos: tudo se torna aterrorizante com a pandemia da Covid-19.

Todo esse contexto abre espaço para a ideologia neofascista ganhar contornos ameaçadores nesse início de século XXI, e explica seus vínculos com o capital. Vejamos.

A fragmentação do trabalho e sua individualização crescente intensificam a alienação entre os trabalhadores, nos termos colocados nos *Manuscritos* de Marx (2015), e acentuam os traços do atomismo social ditado pelo fetichismo da mercadoria (MARX, 1985). Esse processo se desenrola enquanto o capital, já naturalizado, ascende ao pódio como única forma social possível e o “fim da história” o exige de críticas que se direcionem à revolução das bases sociais econômicas. A mistificação que dá corpo à ideologia dominante nessa sociedade associa-se à miséria humana (material e espiritual) dos trabalhadores alienados e lançados à pauperização (relativa e absoluta), em cenário de medo e guerra. Em meio à barbárie, entra em campo a ideologia neofascista como alternativa de salvação, primeiro às classes médias ameaçadas pela crise e concentração de capital e posteriormente às classes trabalhadoras.

A ideologia neofascista serve de apoloogia indireta ao capital, tal como Lukács (2020) entendia o papel do fascismo, pois

alimenta críticas ao “sistema” e ao “globalismo”, sem que isso atinja as bases da reprodução do capital. Para que inimigos sejam apontados, a crítica e os determinantes sociais são deixados de lado, e ganham corpo a xenofobia, o patriarcalismo, a misoginia, as LGBTQIAPN+fobias, o racismo. A xenofobia surge como islamofobia e racismo cultural na Europa, e como racismo e xenofobia nas políticas contra pretos e latinos nos Estados Unidos. O resultado é o massacre (pelas deportações, pelo fechamento de fronteiras, pela condição de miséria, pelo encarceramento) da população preta, latina, refugiada, imigrante, a qual é culpabilizada pela crise. Nos países periféricos (mas também nos centros), todas as lutas que caminhem pelos direitos de mulheres e população LGBTQIAPN+ são vistas como a perversão de Sodoma e Gomorra, que resulta na destruição dos pilares da família e no castigo divino que explica a tragédia dos tempos atuais. Vale pontuar que o caminho ao extermínio desses grupos culpabilizados é o que distingue a proposta neofascista frente às propostas segregadoras e preconceituosas que sempre se colocaram na sociedade.

A mitificação da realidade, como pelos ataques anticientíficos ou ao “marxismo cultural”, ganha corpo e decorre, por exemplo, na morte de algumas centenas de milhares de pessoas na gestão do governo de Jair Bolsonaro durante a pandemia. A propaganda fascista se repete hoje e abre espaço ao culto ao líder, cuja vulgaridade e violência nas palavras somam-se a um perfil que se apresenta como injustiçado pela sociedade, o qual precisa do apoio coletivo para fazer valer o caminho da salvação daqueles que se identificam com seus valores. Preenche-se assim, com violência, ânsia de guerra e valores neofascistas, o espaço que canaliza o descontentamento com o mundo, enquanto o capital segue seu caminho eximindo-se da culpa.

Na outra via, o capital também encontra apoio direto da ideologia neofascista para a acumulação. Para citar apenas alguns exemplos emblemáticos: a) o racismo rebaixa o valor da força de trabalho; b) o medo abre espaço para a indústria bélica; e c) o patriarcalismo garante trabalho feminino não-pa-

go no trabalho reprodutivo e de cuidado.

No mesmo sentido, um papel crucial da ideologia neofascista à reprodução do capital coloca-se no negacionismo da catástrofe ambiental. Como bem coloca Eduardo Sá Barreto (2018), não há possibilidade de contornarmos a extinção da vida humana sem que o revolucionamento dessa forma social seja colocado. O negacionismo, presente na ideologia neofascista, caminha em sentido oposto, defende o capital na medida em que dá subsídios para que lideranças como Trump e Bolsonaro apoiem empresas que agem na intensificação dessa catástrofe.

Diante desse cenário destruidor, concluímos que os tempos vindouros não serão prósperos ou tranquilos. Se, como já dizia Walter Benjamim (1987), no pré-Segunda Guerra Mundial, o único caminho possível ao fascismo é a guerra. Hoje não só essa possibilidade pode ser vislumbrada com o neofascismo, mas a catástrofe ambiental e a inexistência de uma organização mundial da classe trabalhadora se somam para nos apontar um futuro de violência crescente e mesmo extermínio da vida humana. A história é movimento: ainda é possível alterá-la, mas o tempo corre como um rio caudaloso e cheio de obstáculos. Cabe-nos apenas a saída coletiva no combate a essa sinergia destruidora entre neofascismo e capitalismo.

AUGUSTO, André Guimarães. *O irracionalismo de Hayek e o Pós-fascismo. Germinal: marxismo e educação em debate*. Salvador, v.14, n.3, p. 219-242, dez. 2022.

BENJAMIN, Walter. *Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura*. São Paulo: Brasiliense, 1987.

CHANCEL, Lucas; PIKETTY, Thomas; SAEZ, Emmanuel; ZUCMAN, Gabriel. *World Inequality Report 2022*. World Inequality Lab, 2022.

LUKACS, György. *A destruição da razão*. São Paulo: Instituto Lukács, 2020.

MARX, Karl. *O capital: crítica da economia política*. São Paulo: Nova Cultura, 1985.

MARX, Karl. *Cadernos de Paris & Manuscritos econômico-filosóficos de 1844*. São Paulo: Expressão Popular, 2015.

SÁ BARRETO, Eduardo. *O capital na estufa: para a crítica da economia das mudanças climáticas*. Rio de Janeiro: Consequência, 2018.

* É doutora em Economia pela UFF e professora da UFVJM.



A ameaça fascista na América Latina e o declínio do neoliberalismo

Carlos Eduardo Martins¹

■ O avanço da extrema direita no mundo contemporâneo não é um fenômeno pontual. É expressão de um profundo desgaste de estruturas fundamentais que impulsionam a expansão do capitalismo no século XXI. Esse desgaste conduz à eclosão de imensos conflitos econômicos, sociais, ideológicos e geopolíticos que ela tenta destruir e controlar. Combinam-se três grandes crises estruturais na atualidade: a crise econômica e ideológica do padrão de acumulação neoliberal; a crise de hegemonia e de dominação do imperialismo norte-americano; a crise civilizatória do capitalismo, evidenciada na sua incapacidade de utilizar a revolução científico-técnica para promover a cooperação entre Estados, a democratização das relações internacionais, a redução das desigualdades socioeconômicas e a sustentabilidade ecológica do planeta.

Herdeiro do conservadorismo radical, que lutou para garantir uma sociedade desigual e de privilégios contra o igualitarismo e o coletivismo impulsionados pelos setores mais radicais da Revolução Francesa, o fascismo atualiza essa iniciativa para defender a ordem burguesa e o imperialismo de sociedades muito mais complexas contra a organização do proletariado, dos povos da periferia e semiperiferia e o choque dos pobres com as estruturas locais e mundiais da desigualdade. O fascismo traz como originalidade a centralidade que dá ao emprego da violência e o protagonismo político de *outsiders*, isto é, de representantes de segmentos decadentes do grande capital, da pequena burguesia ou de personagens que aspiram integrar-se à elite econômica. O fascismo (re) nasce assim de uma profunda crise estrutural no liberalismo, ideologia dominante do grande capital, e de uma incapacidade das es-

querdas para ocupar o espaço político e ideológico que se abre no coração e mente das grandes massas da população. Em nosso artigo, *The Resurgence of fascism in the contemporary world: history, concept and perspectives*, recém-publicado em *Critical Sociology*, analisamos detalhadamente esses aspectos.

A partir de 2008-2015, a globalização neoliberal que havia liderado a reconversão da economia mundial nos anos 1980, provocado o colapso da União Soviética e dirigido um ciclo longo de expansão na economia mundial apresenta sinais de exaustão e esgotamento. A estratégia de financeirização impulsionada pelo imperialismo anglo-saxão revela-se cada vez mais insustentável ante as pressões competitivas dos novos polos geopolíticos do sistema-mundo contemporâneo. A globalização neoliberal estabeleceu um ciclo longo de crescimento entre 1994-2015, que correspondeu à difusão em massa de uma trajetória de inovações do paradigma tecnoeconômico microeletrônico e retirou a economia mundial da longa recessão de 1974-93 pela combinação de inovações tecnológicas e mudanças organizacionais e institucionais nas empresas, Estados nacionais e relações internacionais. A opção das elites políticas dos Estados Unidos de priorizar a financeirização do seu padrão de acumulação, a sobrevalorização do dólar e a deslocalização produtiva para enfrentar a competição de outros centros de acumulação e as pressões salariais de sua classe trabalhadora revelou-se extremamente contraditória: potencializou no curto prazo a riqueza e capacidade de acumulação dos segmentos mais dinâmicos e internacionalizados de sua grande burguesia, mas vulnerabilizou o poder do seu Estado no médio e no longo prazos, acelerando o seu declínio produtivo e tecnológico, o parasitismo e a expansão descontrolada da dívida pública.



Atingida pela crise mundial de 2008 com epicentro no imperialismo ocidental, a China reorientou a sua estratégia internacional e rompeu com os limites que a potência anglo-saxã lhe impôs para a ascensão pacífica, vale dizer, de uma economia exportadora e complementar do poder ultramarino dos Estados Unidos, e avançou rumo à soberania científica, à disputa de posições competitivas na fronteira tecnológica e à criação de um espaço geoeconômico e geopolítico multilateral que se projeta para a Eurásia, África, América Latina e Caribe. Diante desse cenário, e incapazes de reverter a substituição da ideologia do desenvolvimento pela de austeridade, os Estados Unidos iniciaram a transição do imperialismo informal para o que Giovanni Arrighi chamou de imperialismo *tout-court*. Espalham guerras híbridas em regiões estratégicas do planeta para impedir que o desenho do novo eixo geopolítico emergente alcance força e forma e estabeleçam uma política de banimento e coação extensiva a aliados para isolar China e Rússia de segmentos estratégicos do mercado mundial, como o de telecomunicações, semicondutores, petróleo, gás e armas. Os golpes de Estado no Brasil, na Bolívia, em Honduras e na Ucrânia devem ser entendidos por essa perspectiva, assim como as tentativas de impor mudanças de regime na Venezuela e em países do Norte da África e Oriente Médio. Diante das limitações das guerras híbridas para atingir e consolidar objetivos, em determinados espaços mais sensíveis se avançou para estilos de intervenção mais convencionais, como o do suporte financeiro, logístico e militar a Zelenski em sua guerra com a Rússia, atendendo ao plano de expansão da Otan para o Leste.

As guerras híbridas se conjugaram com a crise do neoliberalismo como padrão de acumulação, o que se expressou, entre outros aspectos, na drástica queda dos fluxos internacionais de capital e no declínio relativo do comércio exterior na economia mundial. A América Latina foi fortemente atingida nos anos 2010, o que resultou na acentuada queda das taxas de crescimento econômico, em restrições no balanço de pagamentos, na forte elevação dos níveis de endividamento e no fim do *boom* das *commodities*. Dois tipos de fascismo se configuraram neste contexto: o fascismo instrumental, subordinado ao liberalismo político, que pro-

moveu a derrubada de governos populares e perseguiu lideranças nacionais-populares através de movimentos de massa articulados pelo monopólio midiático, violando a legalidade e a soberania popular de forma cirúrgica para manter formalmente o sistema representativo e a circulação das elites políticas em marcos de competição mais restritos; e o fascismo radical, ancorado na ofensiva financeira e logística do baixo clero do grande capital nas redes sociais, que pretende substituir o liberalismo político através de um regime de exceção permanente que garanta a criação de um monopólio do poder político, capaz de rivalizar com os monopólios empresariais, cometer violações muito mais abertas à competição eleitoral ou eliminá-la, redefinir as hierarquias internas da ordem burguesa através da permuta entre favores econômicos e a adesão ideológica.

A derrota colossal que sofreu nos anos 1940 e a centralidade que o liberalismo alcançou com a hegemonia dos Estados Unidos restringiram o alcance do conservadorismo radical, que sobreviveu em espaços privados da sociedade civil e em experiências regressivas na periferia ou semiperiferia do sistema mundial, como nas ditaduras militares na América do Sul, nos regimes ditatoriais salazaristas e franquistas da Península Ibérica, ou na ditadura dos coronéis da Grécia. Tais experiências foram limitadas internamente pelo liberalismo conservador e desde o exterior pelo liberalismo internacional, que as dissolveram parcialmente ou por completo e as absorveram em sua própria dinâmica. Hoje, entretanto, o liberalismo político está profundamente comprometido com o neoliberalismo, com quem se associou nos últimos 30 anos, e o declínio civilizatório desse padrão de acumulação o arrasta consigo, abrindo o espaço para alternativas radicais à esquerda e à direita.

Os problemas históricos da América Latina continuam a se aprofundar durante a crise de legitimidade do padrão neoliberal: a dependência, a desnacionalização, a concentração de propriedade e de renda, o monopólio da informação, a precariedade dos serviços públicos, a opressão social, o racismo e a destruição ecológica. O radicalismo do fascismo latino-americano dirige-se apenas contra o liberalismo político para promover a ascensão de uma nova elite de poder, destruir as esquerdas, os segmentos

organizados da classe trabalhadora e das etnias oprimidas e impor novos patamares de superexploração da força de trabalho e da natureza. Personagens como Jair Bolsonaro, Javier Milei e José Antonio Kast representam forças vassalas do imperialismo estadunidense, cujos interesses pretendem beneficiar com uma política ultraneoliberal de desnacionalização financeira, produtiva e dos recursos estratégicos. A eventual limitação das esquerdas a um suposto realismo político restringe a sua iniciativa ideológica à gestão do padrão neoliberal. Isso abre o espaço para a extrema direita denunciá-las como parte desse sistema e se autonear a alternativa radical e exclusiva, quando em verdade aprofunda os privilégios de classe, a desigualdade estrutural e a dependência.

O resultado das lutas políticas e ideológicas depende da capacidade de articulação de narrativas persuasivas e não necessariamente do grau de verdade ou do rigor analítico que possam conter. O discurso ultraneoliberal, que acusa as esquerdas de saquearem o povo através do Estado e dos impostos para supostamente implementar uma era de direitos, ganha ares de “credibilidade” quando parte expressiva da população não se vê adequadamente atendida pelo orçamento público, que se dirige em grande medida para o pagamento de juros e amortizações da dívida, beneficiando os rentistas. As pessoas se movem não apenas pela razão, com os níveis de consciência e informação que possuem, mas por suas paixões e os sentimentos. Parte das massas, principalmente os seus setores mais desorganizados, ao ver a rendição das esquerdas à *Realpolitik* e a reprodução permanente de um espaço institucional que a exclui, não vê sentido em aderir à “racionalidade” dominante e passa a agir através dos sentimentos de ódio e vingança de que se alimenta o fascismo.

A crise de legitimidade do padrão de acumulação neoliberal deverá se aprofundar nos próximos anos e agudizar os problemas estruturais do capitalismo latino-americano. Ultrapassar os limites de uma *Realpolitik* superficial e romper o isolamento em que o imperialismo, as burguesias dependentes e o fascismo colocam os projetos socialistas, democráticos e nacionais populares é a grande tarefa que as esquerdas de nossa região têm pela frente.

* É professor associado do Irid/Pepi (UFRJ)



Tatiana Vargas-Maia



Fabricio Pontin

A extrema direita no século XXI em perspectiva global

Tatiana Vargas-Maia*
Fabricio Pontin**

■ Desde o início da segunda década do século XXI, observamos uma crise generalizada de regimes democráticos liberais. Evidência desse diagnóstico e da construção de um relativo consenso ao redor desse tema são os inúmeros livros e artigos publicados sobre essa crise, que atravessam não apenas diferentes campos do conhecimento, mas também diferentes abordagens teóricas e metodológicas dentro de campos específicos (Brown, 2015; Runcimann, 2018; Levitsky, Ziblatt, 2018; Castells, 2018; Jervis et al, 2018; Preworsky, 2020). Parte dessa discussão sobre uma crise ou um esgotamento dos regimes e modelos da democracia liberal focaliza na emergência e consolidação de movimentos e líderes notadamente antidemocráticos, que inicialmente operam dentro dos parâmetros institucionais das democracias liberais, mas que, uma vez eleitos ou alçados a posições de poder, operam de modo sistemático visando a minar e erodir essas instituições.

Levitsky e Way (2010) denominaram esse modelo de um “autoritarismo competitivo”, ou seja, movimentos, líderes e partidos de extrema direita que não estão claramente comprometidos com a manutenção e a expansão de regimes democráticos, mas que se aproveitam da dinâmica de competição eleitoral típica de democracias para conquistar poder. Este fenômeno tem sido documentado desde aproximadamente 2012, ou seja, temos uma década de experiências antidemocráticas concretas que provocaram mudanças importantes nas dinâmicas políticas e sociais de muitos países do globo. Diagnósticos que afirmam um declínio desses movimentos, postulados nas derrotas eleitorais de líderes como Trump e Bolsonaro, são sobretudo afobados, principalmente quando observamos o fortalecimento de outros líderes dessa extrema direita populista e naciona-

lista, como Narendra Modi, Rodrigo Duterte, Recep Erdogan e Viktor Orban, e a emergência de novos líderes, como Javier Milei. Apesar de recentes derrotas em eleições executivas importantes, incluindo a derrota de Jair Bolsonaro e Donald Trump nas suas respectivas tentativas de reeleição, é de suma importância reconhecer a permanência e o enraizamento desses movimentos e partidos em suas respectivas sociedades. O propósito deste artigo é explorar algumas das dimensões centrais do fenômeno de emergência e consolidação das extremas direitas em perspectiva global, a partir de três pontos focais de sua expressão contemporânea: 1. seu sucesso eleitoral na última década; 2. os prospectos após derrotas eleitorais e 3. sua suposta afinidade com o neoliberalismo.

O caminho para o sucesso eleitoral

Uma via de acesso para as manifestações empíricas dessa nova extrema direita é analisar as similaridades existentes entre um dos primeiros casos de sucesso desses movimentos – a eleição de Donald Trump nos Estados Unidos em 2016 – e o caso mais recente, exemplificado no sucesso de Milei na Argentina, em agosto de 2023. Compreender o sucesso dessas duas figuras envolve analisar uma série de fatores complexos que parecem caracterizar a experiência política da segunda década do século XXI. Embora sejam contextos políticos distintos, algumas explicações transversais podem ajudar a compreender por que essas figuras ganharam força eleitoral:

1. Descontentamento com o *status quo*: Muitos eleitores sentem-se insatisfeitos com o estado atual das coisas em seus países. Isso inclui preocupações com a fragilidade da economia de seus respectivos países (no caso da Argentina, uma crise continuada; no caso dos Estados Unidos, uma sensação de perda relativa de poder no Sistema Internacional), com a corrupção em decisões e proces-



- sos políticos e a percepção de uma insegurança simbólica e material. Candidatos que se apresentam como *outsiders* e prometem uma ruptura com o *establishment*, como Milei e Trump, podem atrair um eleitorado frustrado e descontente. Esse descontentamento muitas vezes é caracterizado como “ansiedade econômica”, mas é importante ressaltar que apesar de existirem razões materiais para essas percepções, elas muitas vezes interpolam com xenofobia (Kates, Tucker, 2019), racismo (Bonilla-Silva, 2018) e ultranacionalismo (White-Head, Perry, Backer, 2018), que aparecem de forma saliente na narrativa de perda econômica e descontentamento com o *status quo*.
2. Retórica populista: Tanto Milei quanto Trump são conhecidos por seu estilo de retórica estridente e populista. Eles se comunicam de maneira direta e muitas vezes provocativa, o que pode ressoar com eleitores que sentem que suas vozes não estão sendo ouvidas pelos políticos tradicionais;
 3. Mensagem *antiestablishment*: Ambos os candidatos capitalizaram o sentimento *antiestablishment*, retratando-se como figuras que não fazem parte do sistema político tradicional. Eles apresentaram-se como alternativas à política convencional, o que, em um contexto de insatisfação generalizada, pode resultar em uma adesão eleitoral significativa;
 4. Ênfase em temas específicos: Tanto Milei quanto Trump enfatizaram temas que são importantes para suas bases de apoio. Milei, por exemplo, é conhecido por suas posições libertárias em questões econômicas, que mobilizam dimensões da insegurança material que marcam a vida de muitos argentinos, enquanto Trump foca em questões de insegurança simbólica, como a questão da imigração e uma percepção de perda de importância dos Estados Unidos no comércio internacional; percebemos também, como é o caso do Brasil, uma intensa mobilização da pauta de valores, embora no caso de Milei essa mobilização seja mais no nível moral do que no nível legislativo – por exemplo, enquanto Trump e Bolsonaro in-
- tensificaram propostas legislativas que significaram regressos em matéria de política reprodutiva, de gênero e de combate às drogas, Milei mobiliza essas pautas apenas do ponto de vista moral, sem propostas concretas de criminalização ou regresso legislativo – é perfeitamente possível, no entanto, que uma vez eleito, Milei aumente o tom sobre essas pautas no nível legislativo, abandonando a retórica de separação entre a pauta moral e a pauta legislativa que por enquanto marca sua campanha;
5. Uso eficaz das mídias sociais: Ambos os candidatos usaram as mídias sociais de maneira eficaz para se comunicar diretamente com seus eleitores. Isso lhes permitiu contornar os canais de comunicação tradicionais e criar uma base de seguidores engajados;
 6. Alianças políticas: Essas figuras políticas conseguiram formar alianças com grupos ou partidos políticos estabelecidos que compartilham parte de sua agenda. Isso garante a eles uma plataforma mais ampla e permite aumentar sua influência eleitoral;
 7. Divisões políticas: Em contextos políticos polarizados, candidatos que adotam posições extremas podem atrair eleitores que se identificam com essas posições. Isso é particularmente eficaz em sistemas políticos onde o voto é dividido ao longo de claras linhas ideológicas, o que acontece tanto na Argentina quanto nos Estados Unidos.¹

Fracasso ou permanência? O caso do bolsonarismo pós-Bolsonaro

Iniciamos esse texto afirmando que é precipitado afirmar um arrefecimento dessa tendência de erosão democrática por meio do fortalecimento de líderes que performam o que chamamos de autoritarismo competitivo. Nesse sentido, os casos do Brasil e dos Estados Unidos, dois países onde líderes da extrema direita populista e nacionalista foram derrotados pela via eleitoral, apresentam um horizonte interessante para pensar o futuro dessa extrema direita global do século XXI. Primeiro, é importante ressaltar que o movi-

mento de extrema direita no Brasil teve uma captura mais intensa do cenário eleitoral e cultural do que nos EUA. Trump não ganha a eleição pelo voto popular, e o Congresso norte-americano, apesar de ter uma representação importante de políticos de extrema direita, ainda não tem uma presença hegemônica dessa natureza. O caso das eleições brasileiras de 2018 e 2022 aponta para uma captura da imaginação política brasileira por parte desse tipo de discurso – apesar da vitória de Lula no ano passado, nosso Congresso segue com uma representação de extremistas muito grande, incluindo o deputado federal mais votado e diversos senadores comprometidos com o que poderíamos chamar de projeto político bolsonarista.

Claro, vale dizer que o projeto político bolsonarista não é homogêneo. Identificamos três grupos políticos distintos que aderiram ao projeto, por razões separadas, e que intensificam aspectos distintos do que podemos identificar como sendo a agenda bolsonarista:

1. Grupos vinculados ao agronegócio e ao setor financeiro: estes grupos representam o núcleo financeiro do bolsonarismo, vinculados ao setor produtivo. A pauta de desregulamentação apela ao setor financeiro da Faria Lima e o discurso de ceticismo com relação à pauta ambiental oferece a certos grupos do agronegócio uma oportunidade de aumentar lucros de forma rápida. Ao mesmo tempo, a pauta cultural bolsonarista tem fixação em uma visão romântica da vida no campo, que interpola com elementos da teologia da prosperidade e de valores “tradicionais” que movem boa parte do eleitorado. Em grande medida, esses grupos já eram “bolsonaristas” antes da emergência de Bolsonaro – a candidatura de Bolsonaro apenas canaliza e viabiliza demandas mais radicais de forma efetiva, implementando-as prioritariamente durante os quatro anos do mandato;
2. Eleitores neopentecostais: apesar da diversidade do neopentecostalismo no Brasil, é importante apontar para o sucesso do bolsonarismo em capturar esse grupo emergente e decisivo no cenário eleitoral brasileiro. Desde as eleições municipais de 2016, talvez até antes, em 2012, os eleitores neopentecostais têm se organizado em bloco e votado de for-



ma disciplinada em candidatos conservadores (ou até mesmo reacionários) com pautas voltadas para questões morais. Bolsonaro foi capaz de canalizar ansiedades e demandas desse público de forma muito efetiva e criou uma geração de novos políticos que representam esse setor e que devem seguir no contexto brasileiro por bastante tempo;

3. Eleitores da pauta de segurança: muitos eleitores que em eleições passadas focaram em pautas convencionais, como impostos, educação e política social de forma geral, migraram, por frustração com a política tradicional, mas também pela constatação da crise geral da segurança pública no Brasil, para um discurso atávico contra a questão da criminalidade, que evoca um populismo penal bastante similar ao observado no governo de Rodrigo Duterte nas Filipinas, focando na questão de acesso a armas, aumento do poder coercitivo da polícia, valorização do papel do Exército na gestão da política e aumento de penas como respostas para a questão da segurança pública no Brasil. Bolsonaro capturou esse grupo integralmente, criando, assim como no caso do público evangélico, uma geração de deputados, senadores e até vereadores cuja única pauta orbita em volta de questões de segurança pública e combate ao crime através da intensificação da violência policial e carcerária.

Esses três grupos estão consolidados na política brasileira e não desaparecerão mesmo diante de uma eventual prisão de Bolso-

naro. Na realidade, essas pautas parecem ter se enraizado na política brasileira de forma muito mais rápida, intensa e profunda do que no caso dos Estados Unidos, capturando votantes fiéis a elas. Neste sentido, o bolsonarismo tem alto poder de permanência no contexto brasileiro, e deve seguir elegendo senadores, deputados, vereadores, governadores e prefeitos no médio prazo – permanecendo uma força hegemônica nas disputas políticas pelo Executivo federal.

A charada da esfinge: qual a afinidade entre neoliberalismo e a extrema direita contemporânea?

Por fim, uma das questões mais debatidas no tocante à extrema direita contemporânea diz respeito à sua adesão ou não ao programa neoliberal. Aqui, é importante ressaltar que apenas o setor vinculado à hegemonia financeira tem alguma aderência ao que convençamos chamar de neoliberalismo, e mesmo assim, é uma aderência opaca. Parece-nos que dos movimentos políticos do final do século XX e início do século XXI, o único que ainda tem relevância dentro da extrema direita (e certamente no caso do bolsonarismo) é o neoconservadorismo, que é combinado com uma verve imensa de desregulamentação. Essa desregulamentação, no entanto, não segue uma lógica neoliberal, na medida que ela não é aliada a uma política de institucionalização secundária no setor privado (o que é dizer, com paradigmas de gestão rigorosa no setor privado, como queriam Friedman e Hayek,

por exemplo). A compreensão de flexibilização do mercado, sem marcadores de regulamentação, não nos parece coerente com a proposta do neoliberalismo. Do ponto de vista estritamente político, esses movimentos estão na realidade enterrando muito do otimismo da ideologia neoliberal, substituindo essa por uma doutrina maximalista na intervenção nos costumes e um retorno de sentimentalismos étnico-nacionalistas e religiosos que não encontravam eco nas doutrinas neoliberais, de forma geral.

Referências

- BONILLA-SILVA, Eduardo. "Racists," "class anxieties," hegemonic racism, and democracy in Trump's America. *Social Currents*, v. 6, n. 1, p. 14-31, 2019.
- BROWN, Wendy. *Undoing the demos: Neoliberalism's stealth revolution*. Mit Press, 2015.
- DE MESQUITA, Bruce Bueno; SMITH, Alastair. *The dictator's handbook: why bad behavior is almost always good politics*. Hachette UK, 2011.
- CASTELLS, Manuel. *Ruptura*. Alianza editorial, 2018.
- JERVIS, Robert et al. (Ed.). *Chaos in the liberal order: The Trump presidency and international politics in the twenty-first century*. Columbia University Press, 2018.
- KATES, Sean; TUCKER, Joshua A. *We never change, do we? Economic anxiety and far-right identification in a postcrisis Europe*. *Social Science Quarterly*, v. 100, n. 2, p. 494-523, 2019.
- LEVITSKY, Steven; WAY, Lucan A. *Competitive authoritarianism: Hybrid regimes after the Cold War*. Cambridge University Press, 2010.
- LEVITSKY, Steven; ZIBLATT, Daniel. *Como as democracias morrem*. Editora Schwarcz-Companhia das Letras, 2018.
- PRZEWORSKI, Adam. *Crises da democracia*. Editora Schwarcz-Companhia das Letras, 2020.
- RUNCIMAN, David. *Como a democracia chega ao fim*. Editora Todavia SA, 2018.
- WHITEHEAD, Andrew L.; PERRY, Samuel L.; BAKER, Joseph O. *Make America Christian again: Christian nationalism and voting for Donald Trump in the 2016 presidential election*. *Sociology of Religion*, v. 79, n. 2, p. 147-171, 2018.

* É doutora em Ciência Política pela Southern Illinois University, Carbondale, e professora da graduação em Relações Internacionais e do Programa de Pós-Graduação em Estudos Estratégicos Internacionais da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (Ufrgs).

** É doutor em Filosofia pela Southern Illinois University, Carbondale, e professor da Graduação em Relações Internacionais e do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade La Salle (Unilasalle).

1 Os pontos 6 e 7 são desenvolvidos em maior detalhe por De Mesquita e Smith, 2011.

O fascismo à espreita

Marta Skinner*

■ Completamos meio século de um dos mais violentos golpes ocorridos na América Latina do século XX: a derrubada do governo popular de Salvador Allende e seu assassinato no palácio presidencial. Foi no Chile que se instaurou uma das mais sangrentas ditaduras do continente, que em seus 17 anos de duração, contabilizou oficialmente ao menos 1.480 mortos e desaparecidos. Contabiliza-se que ao longo do século XX, a América Latina tenha vivenciado mais de 200 golpes e tentativas de golpe de Estado, sempre acompanhados por períodos de grande instabilidade política, social e econômica. Desde os anos 1960, Brasil, Argentina, Chile, Paraguai, Equador, Uruguai, Peru e outros viveram momentos de alta tensão política que levaram a longos regimes ditatoriais conduzidos, em sua maioria, por militares, e marcados por práticas sistemáticas de violações dos direitos humanos, como tortura, sequestros, perseguições, terrorismo de Estado e políticas de austeridade econômica. Some-se a isso a interferência direta dos EUA, motivada por interesses geopolíticos e geoeconômicos na região, conjugados com interesses das elites locais, financiadoras de grupos à direita do espectro político.

Em todos os casos, sob os mais variados pretextos, encobertos pelo discurso do perigo comunista, da defesa da moralidade, da democracia e da economia de mercado, o objetivo principal foi sempre a derrubada de governos antiliberais, com projetos econômicos numa direção mais nacionalista e desenvolvimentista, com forte viés de inclusão social e de afirmação da soberania.

Apesar dos anos 1980 marcarem o fim deste período sombrio da história do continente e o início da redemocratização, os EUA mantiveram uma vigília constante sobre os caminhos políticos e econômicos do continente, estimulando e financiando movimentos de desestabilização político-institucional, com uma nova roupagem, as chamadas “guerras híbridas”, que visam a destruir a vontade política do adversário, utilizando-se da informação mais do que da força, das sanções

mais do que dos bombardeios, e da desmoralização intelectual dos opositores mais do que da tortura, mas com as mesmas motivações, como foi o caso no Haiti, Honduras, Uruguai, Bolívia, Equador e Brasil, mas também na Ucrânia e em diversos países africanos.¹

Aqui, no Brasil, o golpe de 2016, pela primeira vez, abriu caminho para a vitória eleitoral da extrema direita, que nos legou um período de trevas, de alinhamento incondicional aos EUA e a Israel, passando a ser visto como um pária internacional e nos legando um período de baixíssimo crescimento com desemprego crescente. Em nome do bom ambiente de negócios, destruíram o que seria impensável até pouco tempo atrás, trazendo de volta um radical programa neoliberal para completar as reformas iniciadas nos anos 1990. Em pouco tempo, desmontaram as políticas de inclusão social, retiraram direitos dos trabalhadores e aposentados, derrubaram a lei de partilha na exploração do pré-sal, esvaziaram os cofres do BNDES, estrangularam as universidades públicas, congelaram gastos com saúde e educação por duas décadas, enfraqueceram o Mercosul e relação com os Brics, numa clara demonstração de submissão à estratégia imperial, geopolítica e geoeconômica da potência norte-americana, para a qual o protagonismo do Brasil sempre foi inconveniente para a realização de seus objetivos estratégicos na região. Hoje, já está claro que o golpe de 2016 e a campanha de criminalização da política veiculada pela mídia eram na verdade uma bandeira dos grandes predadores internacionais e nacionais de sempre, articulados num grande acordo para criar a oportunidade de recolocar na pauta seus programas de Estado mínimo e desregulamentação geral e se apropriarem das riquezas naturais.

Nos Estados Unidos, desde as primeiras décadas do século XXI, o fracasso e o desgaste político com as guerras ao terror que dizimaram o Oriente Médio, somados à crise financeira de 2008, à guerra comercial com a China e à insatisfação de sua população com o declínio econômico e social interno, levaram ao cres-





cimento exponencial do movimento conservador, antissistema, racista, de extrema direita, que levou Trump a ser eleito em 2016. Seu discurso violento e xenófobo encontrou apoio numa base social bastante insatisfeita com o funcionamento da economia e da política, mas com baixa capacidade de articulação, dada a criminalização imposta pelo capitalismo neoliberal à política e a todas as formas de coletivização. Com o processo acelerado da desindustrialização e de reestruturação econômica desde a crise de 2008, dezenas de milhões de empregos foram perdidos, criando uma camada de perdedores econômicos que perderam seus salários, suas empresas ou seus clientes. A sociedade foi se tornando mais fragmentada, os sindicatos e as associações comunitárias se fragilizaram e o debate político se radicalizou.

Frente a isso, a estratégia política de Trump, com sua máxima “America First”, foi a de se desfazer de todo tipo de compromisso consensual, de todos os regimes e instituições associados ao projeto de cosmopolitismo ético criado por eles e perseguir abertamente o objetivo de refundar uma América voltada exclusivamente para seu interesse nacional e seu poder global, político, militar e econômico. Assim, os EUA mudaram sua estratégia de política externa, abandonando as motivações ideológicas e morais de defesa da democracia, dos direitos humanos e do desenvolvimento, assumindo de forma explícita um projeto de construção de um império militar global utilizando várias formas de intervenção externa, com consequen-

ências nefastas para todo o mundo.

Um exemplo da nova forma de intervenção foi a recente guerra econômica contra a Rússia como resposta à intervenção na Ucrânia, destruindo os gasodutos que alimentariam a Europa com o gás russo, impondo sanções econômicas, bloqueios comerciais e financeiros, inclusive apropriação de ativos e das reservas russas aplicadas em moedas e títulos dos países do G7 e do G10, e ainda lhe retirando do sistema de pagamentos Swift, assim como fizeram com a Venezuela e Irã.²

Esse caminho vem levando a uma maior aproximação financeira e comercial da Rússia com a Ásia, aumentando seu poder de resistência e criando dificuldades para a Europa atender sua demanda energética, o que vem provocando inflação, desemprego e instabilidade política, ou seja, um dano maior dentro da União Europeia do que na própria Rússia.

Outra consequência cruel do longo período de guerras patrocinadas pelos EUA foi a onda gigantesca de refugiados que se dirigiu para a União Europeia, abandonando seus países destruídos pelas guerras, enquanto a legislação norte-americana endurecia as regras da política de imigração e as finanças internacionais submetiam a periferia europeia endividada à política de austeridade, levando vários países à maior crise econômica desde a criação da UE. Esse fato levou ao crescimento de forma exponencial de movimentos nacionalistas da pior espécie, com discursos reacionários agressivos e xenófobos, que ganharam expressão eleitoral nos últimos anos. É preocupante

o avanço das divisões internas entre os europeus, o avanço da crise econômica, o preconceito contra imigrantes, a perseguição religiosa, agressões aos campos de refugiados e as diversas revoltas sociais, junto com um verdadeiro tufão de ultradireita, que pode acabar enterrando os últimos vestígios da grande utopia europeia, trazendo de volta o fascismo.

A história nos ensina que é geralmente sobre uma base social desiludida e fragilizada por guerras, por endividamento com o exterior ou por políticas de austeridade que o capitalismo neoliberal se impõe, aumentando o empobrecimento da população, a inflação e o desemprego, fazendo crescer as forças da intolerância, da xenofobia e do fascismo. Foi assim na Alemanha e na Itália dos anos 1930; no Chile, quando os EUA desarticularam a economia através da CIA; assim como na Itália e na Hungria recentemente e em outros países em que a extrema direita tem obtido significativa expressão eleitoral. Historicamente, os movimentos fascistas se fortalecem graças às recomendações de mais e mais austeridade econômica, dado que angariam apoio das elites tecnocráticas, sob o argumento do restabelecimento dos “fundamentos econômicos adequados”, que nada mais são do que altas taxas de lucro e baixos custos trabalhistas.

Apesar de o Brasil ter conseguido barrar a ascensão da extrema direita pelo voto, numa eleição ultrapolarizada e ancorada numa frente ampla, temos à frente um grande desafio, que é remontar o país destruído, com uma sociedade dividida, um Congresso bastante conservador, num momento em que o pêndulo político à ultradireita está reaparecendo tanto no continente, pleiteando uma espécie de revisão histórica, como também em vários outros países. Frente a isso, a nossa missão será a eterna vigilância para que o fascismo, parafraseando os chilenos hoje nas ruas de Santiago, “nunca mais” nos assombre com seus horrores.

* É economista (UFRI), cientista política (Iesp), professora aposentada da FCE/Uerj, Ucam, IBMEC e PUC/RJ, ex-diretora da FCE/Uerj e atualmente professora do programa de pós-graduação em Comércio Exterior do IE/UFRI.

1 Fiori J.L. e Nozaki, *Conspiração e Corrupção*, 2019.

2 Como dizia um ex-presidente dos EUA: “A guerra econômica era a melhor delas, pois liquidava o adversário sem matar ninguém”. Mas esqueceu de dizer que ocorriam mortes como consequência da fome e da incapacidade de tratar doenças.

50 anos do golpe no Chile ensinam: o fascismo veio para ficar

Carlos Serrano Ferreira*

■ No dia 11 de setembro, o golpe fascista de Pinochet completou cinquenta anos. Golpe que pôs fim à luminosa, como chamava Allende, via chilena ao socialismo. Após apenas três anos, o bombardeio ao *La Moneda* e a matança que se seguiu, em que o presidente morreu e o Estádio Nacional se tornou no maior campo de concentração que a América Latina conheceu, a experiência chilena era soterrada, e uma longa noite se estendeu sobre esse país e seu povo.

O golpe vinha sendo urdido desde o início. Nem a burguesia dependente, nem o imperialismo podiam aceitar o sucesso que a experiência demonstraria, após um primeiro ano com dados positivos como do PIB (+8,6%) e produção industrial (+13%), da queda do desemprego (-4,2 p.p.) ou da inflação (de 34,9% no ano anterior à posse, 1969, para 22,1% ao fim do primeiro ano), e isto com a subida generalizada dos salários, no setor público de 35% e no privado de 50%, aumentando a participação do trabalho no PIB. A tomada do controle pelo Estado da principal riqueza chilena, o cobre, nacionalizado por unanimidade no Congresso, apesar de a Unidade Popular ter pouco mais de um terço dos representantes (o que demonstra a força de um processo popular para dobrar mesmo os recalcitrantes representantes das elites tradicionais), bem como a nacionalização da maioria dos bancos e a criação de um enorme setor de propriedade social da economia em grandes empresas, inclusive industriais, era inadmissível, e representava uma ameaça direta aos interesses do Bloco Histórico Dependente.

Washington não podia aceitar isto e, adivinhando o caminho que Allende pode-

ria seguir, tentara mesmo impedir a posse, com duas operações da CIA, a Track I e a Track II. A primeira era uma tentativa de golpe institucional, que faria com que o Congresso confirmasse o segundo colocado, o ex-presidente e candidato da direita Jorge Alessandri, que se demitiria, permitindo que legalmente o então presidente, o popular democrata-cristão Eduardo Frei, pudesse candidatar-se, o que estava impedido. Não conseguindo, avançaram com o Track II, para o qual, apesar dos relatos de Henry Kissinger, segundo a própria CIA, não houve ordem de suspensão. E aqui fica clara uma das características: a aliança do imperialismo com os fascismos locais que, neste caso, não ficou apenas patente no golpe, mas nas tentativas iniciais, quando os EUA instrumentalizaram a organização fascista paramilitar e terrorista *Patria y Libertad*. O objetivo da ação era sequestrar o Comandante-em-Chefe das Forças Armadas, o general democrata René Schneider, acusar a esquerda, substituí-lo por um golpista, decretar a lei marcial, esmagar a classe operária e anular as eleições. O desastre da ação, com a morte do general, levou ao efeito oposto e à garantia da posse de Allende. Ao longo de todo o governo, ações de guerra psicológica e econômica foram perpetradas e novas ações terroristas, em parceria com setores das Forças Armadas, foram realizadas. Uma mudança de política do *First National City Bank*, por pressão do governo dos EUA, e o apoio da *International Telephone and Telegraph Company* (ITT) salvaram o periódico *El Mercurio*, instrumento central do terrorismo ideológico-psicológico.

Tratar do golpe no Chile e do fascismo na América Latina me faz lembrar do saudoso amigo Theotonio dos Santos, que não



só viveu esse processo e o do golpe no Brasil, como elaborou sobre estes golpes e sobre o fascismo contemporâneo. Um de seus conceitos mais importantes é o de fascismo dependente, em que, observa ele, o movimento fascista não tem a força que teve na Europa, sendo o caminho da instauração do fascismo os golpes militares (como ocorreu na América Latina), apoiando-se no grande capital internacional e na burguesia dependente, o que estabelece um limite ao nacionalismo. Isto explica, por exemplo, o caráter subserviente ao capitalismo estadunidense; a manutenção das estruturas de dependência e de uma política neoliberal; e o desespero pela intervenção militar do movimento fascista contemporâneo brasileiro, o bolsonarismo. Este limite nacional também se expressa nos fascismos europeus periféricos, como o programa neoliberal do Chega, em Portugal, ou o nacionalismo que apenas se circunscreve ao âmbito militar, em Kiev.

Isto não surpreende. Como escrevi em "Imperialismo, Fascismo e Religião", meu contributo à coletânea *Introdução ao Imperialismo Tardio* (Ruptura e Lavrapalavra, 2021), "o liberalismo perdeu hoje qualquer traço do caráter revolucionário que teve no passado, pois o mundo contra o qual se ergueu, o do antigo regime, já não existe, e a classe que o elaborou e desposou, a burguesia, já não almeja revolucionar o mundo,

mas perpetuar seus próprios privilégios. Por isso a cruzeza de seus valores, apresentando-se sem as vestes virginais e idílicas dos primeiros tempos, mas sob o manto reacionário contemporâneo, o neoliberalismo. Pois o fascismo é a tendência radicalizada do neoliberalismo, que, por sua vez, é próprio da natureza da burguesia na etapa atual de decadência sistêmica, quando não possui freios impostos pelas organizações dos trabalhadores” (p.272).

A crise estrutural engendrada pela Revolução Científico-Técnica (RCT), que solapa a capacidade de produção da mais-valia e assim a viabilidade do próprio capitalismo, exigiu “incorporação parcial da RCT, destrutiva, conhecida como globalização, e uma economia política estrutural, o neoliberalismo, que para fugir às contradições da produção promove sua destruição com a financeirização da economia. Isso, ao gerar um desemprego massivo e estrutural, resolverá o principal problema sistêmico: a tendência à elevação do valor da força de trabalho decorrente da necessidade de formação contínua e permanente” (p. 276). Gerará, assim, uma decadência social, agravada pelas condições de desorganização pela restauração do capitalismo no ex-bloco soviético, que ampliará as massas de possíveis apoiantes ao fascismo.

A questão central, então, “que explica a ressurgência do fascismo[,] é exatamente esta: a burguesia precisa impor um regime

de regressão social para ampliar e aprofundar a exploração, e não mais, como no passado, para alavancar a escala da acumulação de capital, mas para amenizar a destruição da capacidade de produção de mais-valia e a tendência à queda da taxa de lucro. Nesta crise estrutural, agravada, como na anterior, por uma fase B de um ciclo de Kondratiev (de crise), as concessões feitas à democracia política já não são possíveis” (p.277). Há assim uma generalização da inviabilidade da estabilidade do regime democrático, típica dos países dependentes, para os países centrais, que segue o rastro da generalização da superexploração do trabalho também para estes países. Isto apenas consolida a vertente antidemocrática da plutocracia capitalista, que só aceitou a democracia, ainda que nos próprios limites liberais, como um incômodo imposto pela mobilização popular. A diferença é que no passado ainda suportava a forma democrática após o seu esvaziamento de conteúdo de “governo do povo, pelo povo, para o povo”, na acepção de Abraham Lincoln, convertendo-a num processo técnico, que Fernando Luso Soares chama de *demotecnocracia*.

Como escrevia em 2018, em *Por que cresce o fascismo no Brasil?* (Princípios, 156), “. . . chego à outra conclusão importante, e que explicará muito do crescimento do fascismo no Brasil e no mundo no último período: o liberalismo e o fascismo não são antagoni-

cos. Pelo contrário, o fascismo é a continuação do liberalismo por outros meios”. Afinal, “quando é possível à burguesia avançar, desorganizando a classe trabalhadora, o que se inicia como um liberalismo ou neoliberalismo ativo acaba por se converter, se não tiver uma forte oposição, em fascismo.

Por isso, tendo em vista a hegemonia neoliberal e a desorganização crescente dos setores populares organizados, podemos afirmar que, infelizmente, o fenômeno fascista, ao contrário do que se foi tentando vender nas últimas décadas, não tem a tendência a retroceder, a não ser que um processo de resistência e organização se inicie logo. Que os nossos governantes, como Lula, aproveitem a data do 11 de setembro para lembrar destas lições. Pois, como escreveu George Santayana, “aqueles que não podem lembrar o passado estão condenados a repeti-lo”.

** É cientista social, especialista em Relações Internacionais, mestre em Ciência Política e doutorando na mesma disciplina e em Museologia. Membro, entre outros, do LEHC-UFRJ. Atualmente vive em Portugal, onde tem produzido análises sobre o fascismo, em particular sobre o processo ucraniano.*



Duplas da UFRJ vencem Gincana de Economia

■ A dupla formada por Pedro de Campos Barbosa Moreno e Theo Dalmaso Kussama, da UFRJ, obteve a primeira colocação na etapa regional da XIII Gincana Nacional de Economia, realizada em 6 de agosto.

O jogo foi disputado em ambiente virtual e contou com 30 duplas inscritas para disputar as vagas de representante do estado do

Rio de Janeiro na etapa nacional do certame.

Guilherme Cardoso Figueiredo e Yuri Aruda Góes, também da UFRJ, obtiveram a segunda colocação na etapa regional. Guilherme Portilho da Costa Lourenço e João Victor Alonso Kutianski Santana ficaram em terceiro lugar.

As duplas que chegaram na primeira e terceira colocações representarão o Core-

con-RJ na etapa nacional, que acontecerá em 6 e 7 de novembro, durante o XXV Congresso Brasileiro de Economia. A dupla vice-campeã foi também convocada a participar, mas declinou do convite por motivos pessoais.

O Corecon-RJ agradece a participação de todos e parabeniza os finalistas.